



---

## **Gestão e Cidadania:**

## **Custos e Finanças**

---

## A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE FINANCEIRA NA GESTÃO DE UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Martin, Carla S.<sup>1</sup>(PG); Delgado, Natália A.<sup>1</sup>(PG); Costa, Priscila H.<sup>1</sup>(PG); Malavoglia, Rodrigo C.<sup>1</sup>(O)

carlamartin\_182@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro*

Diante do atual cenário de mercado, as empresas buscam aprimorar estratégias para atender suas demandas, de forma eficiente e satisfatória para seus clientes. O trabalho tem como objetivo, discernir através de uma Análise Financeira, se é economicamente viável uma segunda unidade da empresa no ramo alimentício, na cidade de Pirangi - São Paulo. A análise financeira foi criada para auxiliar as organizações a tomarem as decisões corretas, ensinando como lidar com seu caixa, oferecendo informações sólidas e de extrema importância para a sobrevivência das mesmas. Com intuito de aumentar suas vendas e proporcionar aos consumidores melhor acesso, a pesquisa optou por aplicar dois tipos de conceitos, sendo a TIR (taxa interna de retorno) e o VPL (valor presente líquido), afim de aprimorar resultados claros para a decisão da empresa. Com a elaboração das técnicas, foi possível chegar aos resultados da taxa de retorno (TIR) alcançando 13,72%, comparado a taxa de atratividade mínima da empresa, significando o retorno sobre o investimento. Após encontrar a TIR, realizamos a fórmula capaz de determinar o valor presente de pagamentos futuros, o VPL (valor líquido presente), obtive o valor de R\$29.396,79, confirmando que o valor obtido foi maior que zero. Após aplicar esses conceitos, a mesma obteve resultados positivos, através do objeto do estudo de caso e das análises financeiras da empresa analisada, os valores obtidos ofereceram o alicerce para tomada de decisão, sendo favorável em todos os testes aplicados através das ferramentas de apoio financeiro, uma vez que a aplicação dos métodos de análise utilizados na pesquisa projetara estes resultados favorecendo a abertura da nova filial.

**Palavras-chave:** Análise de Investimento. Taxa Interna de Retorno (TIR). Valor Presente Líquido (VPL).

[Inscrição: 1636]

## **A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE INTERNO PARA EFETIVIDADE DAS ORGANIZAÇÕES: ESTUDO DE CASO NO RAMO DE UMA SIDERÚRGICA**

Silva, Diogo L.<sup>1</sup>(G); Torres, Leandro V.<sup>1</sup>(O)  
diogols93@gmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro*

Os sistemas de controle interno são de extrema importância para que as organizações consigam atingir suas metas e objetivos. Para estimular a eficiência operacional devem-se definir meios de controles para conduzir tarefas, com objetivo de obter-se entendimento, na aplicação e ação tempestiva e uniforme nas atividades. O objetivo geral da pesquisa é demonstrar como um controle interno mal executado pode retardar a eficiência das operações, e com base em um estudo de caso identificar as falhas ocorridas nesta empresa. O método utilizado para desenvolver este trabalho foi, quanto aos objetivos, uma pesquisa bibliográfica; quanto aos procedimentos, um estudo de caso realizado em uma empresa do setor siderúrgico, buscando verificar a importância dos controles internos para evitar fraudes e tornar mais segura a sua gestão e, quanto à abordagem do problema, classifica-se como uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram coletados por meio de um questionário estruturado, contendo sete questões fechadas, o qual foi aplicado ao gestor da empresa, no mês de setembro, pelo próprio pesquisador. Os resultados mostraram que a referida empresa não tem implantado ainda um eficaz programa de controle interno e que apresenta falhas em não depositar imediatamente na conta corrente bancária da empresa os recebimentos de vendas a prazo e também de não realizar sempre conciliações mensais entre os registros auxiliares de contas a pagar e os registros mantidos pela contabilidade, por isso já passou por alguns problemas críticos em sua gestão, embora tenha se esforçado para melhorar esta situação. Conclui-se que os controles internos são importantes para uma eficaz gestão, sem fraudes e maior segurança.

**Palavras-chave:** Falhas. Controles Internos. Eficiência na Gestão.

[Inscrição: 1700]

## A IMPORTANCIA DO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO PARA AS ORGANIZAÇÕES

Ferreira, Daniel L.<sup>1</sup>(G); Salvatore, Bruna R. B.<sup>1</sup>(G); Carizio, Sergio L. B.<sup>2</sup>(O)  
daniel.lemes.ferreira2@gmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro;* <sup>2</sup>*Faculdade de Ciências Contábeis de Barretos*

Sabe-se que no Brasil, o mercado está cada dia mais competitivo, empresas tentando obter melhores resultados em relação às outras, de forma a viabilizar suas operações a fim de se obter o maior retorno financeiro possível. Fica claro que é de suma importância que as empresas elaborem um bom planejamento tributário, de forma que elas consigam explorar o máximo da economia legal de tributos de uma maneira geral. O presente trabalho teve como foco avaliar o regime tributário mais apropriado para uma empresa de grande porte, com atuação no segmento de fabricação de tecidos e afins. O objetivo geral deste estudo foi analisar os regimes tributários aceitos pelo fisco, bem como suas legislações e particularidades. Em relação ao método, foi utilizada pesquisa bibliográfica, além de uma análise de dados apurando os tributos incidentes em cada modalidade, permitindo assim uma análise comparativa entre os regimes tributários. Devido ao porte da empresa analisada, foi possível testar apenas o Lucro Real e o Lucro Presumido, ambos apurados trimestralmente, com a finalidade de se obter maior comparabilidade entre os dois regimes. Entre os dois regimes, o que mais foi benéfico para a empresa foi o Lucro Real, pois nesse regime houve uma redução de tributos, no valor de R\$ 79.770,52 (setenta e nove mil setecentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos), que seriam recolhidos a mais, caso a empresa fosse optante pelo Lucro Presumido. Concluímos que o planejamento tributário é de grande importância para as organizações, pois ela auxilia de forma coercitiva a prezar pela saúde financeira das empresas em geral.

**Palavras-chave:** Lucro Real. Lucro Presumido. Planejamento Tributário. Regime Tributário.

[Inscrição: 1719]

## **A IMPORTÂNCIA DOS CONTROLES INTERNOS NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, COMO INSTRUMENTO DE COMBATE AS FRAUDES.**

Guerrero, Luana R.<sup>1</sup>(G); Carizio, Sérgio L. B.<sup>2</sup>(O)  
luana\_pcn@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE;* <sup>2</sup>*Faculdade de Ciências Contábeis de Barretos*

Os desvios de dinheiro público através das fraudes trazem considerável prejuízo à sociedade, visto que os recursos que poderiam ser utilizados em prol de todos, acabam sendo canalizados para fins próprios. Observa-se no Brasil, que houve um aumento considerável de fraudes e corrupção na esfera pública, em todos os níveis Federal, Estadual e Municipal. Sabe-se que as fraudes ocorrem pela ação do agente fraudador, no entanto, devido à fragilidade ou ausência de controles internos. Este trabalho teve como contexto avaliar a importância dos controles internos, como instrumento de combate as fraudes nos órgãos públicos. O objetivo geral deste estudo foi conceituar os controles internos, bem como sua importância na proteção do patrimônio público. É importante ressaltar, que o gestor público será responsabilizado em caso de fraudes, mesmo que este não tenha participado, e tenha ocorrido por membros de sua equipe. Na execução deste trabalho os métodos utilizados foram as seguintes pesquisas: bibliográfica, descritiva e quantitativa. Por meio da consulta nos jornais eletrônicos de grande circulação, foi detectado que as fraudes são mais comuns do que se parece. Entre os anos de 2008 a 2016, na região administrativa de Barretos, ocorreram 35 casos de fraudes. Acredita-se que na prática, o número real é muito superior, porém certamente ficam ocultos, restritos, ou não divulgados. As fraudes além dos danos à imagem do gestor público, trás ainda as seguintes consequências: autuações e multas, as quais devem ser suportadas com recursos próprios; processo-crime; bloqueio de bens pessoais e até cassação de mandato, lembrando que em toda a sua defesa, também deverá arcar com todos os custos, inclusive de advogados. As adoções de controles internos rigorosos constituem em instrumentos eficazes de combate as fraudes, e proteção do bem público e também de seu gestor.

**Palavras-chave:** Controles internos. Fraudes. Gestor público.

[Inscrição: 1710]

## A IMPORTÂNCIA DOS CONTROLES INTERNOS: NA GESTÃO DO ESTOQUE

Vieira, Luan H. S.<sup>1</sup>(G); Aparício, Gabriel S.<sup>1</sup>(G); Carízio, Sergio L. B.<sup>1</sup>(O)  
luan\_hsvieira@hotmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro*

Em uma empresa de revenda de mercadorias, os estoques representam uma parte valiosa de seus ativos, sendo também fonte de suas receitas. Caso não haja um controle, esse valor estocado pode vir a se transformar em um custo para a empresa. São vários os caminhos que os produtos e mercadorias percorrem até chegar ao alcance do consumidor final. Nesse percurso é essencial existir um controle interno eficiente em cada etapa, para que haja contabilização correta e diminuição de desvios e perdas, auxiliando assim a gestão da empresa alcançar a maximização de lucros. Surge então há necessidade de analisar a importância dos controles internos na gestão dos estoques. Esse estudo consiste em analisar os sistemas de controles internos relativos aos estoques de uma organização, avaliando como ele contribui no processo de tomada de decisão levando em consideração os custos e a contabilidade. Como métodos foram adotados a pesquisa bibliográfica e um estudo de caso, focando nos procedimentos de gestão utilizados por uma empresa do ramo alimentício, verificando assim, a eficiência desses controles interno. Foram constatados erros de armazenamento; falta de uma segregação de função organizada; falhas no controle das datas de validade dos produtos e mercadorias a disposição do consumidor, enfim situações que comprometem o patrimônio e imagem da empresa. Desta forma, pode-se concluir que o custo benefício de um controle interno bem elaborado e seguido corretamente pelos seus funcionários propicia além da proteção do patrimônio da empresa, lucros maximizados, custos minimizados, além de maior poder de decisão dos gestores para uma continuidade segura da empresa.

**Palavras-chave:** Controle interno. Estoques. Gestão. Custos. Receitas.

[Inscrição: 1732]

## **A RELAÇÃO DOS INDICADORES FINANCEIROS DAS TRÊS MAIORES EMPRESAS DE TELEFONIA MÓVEL DO BRASIL COM SUAS RESPECTIVAS PARTICIPAÇÕES NO MERCADO.**

Hernandez, Angélica C.<sup>1</sup>(PG); Garcia, Maria C. U.<sup>1</sup>(PG); Bento, Rodrigo D.<sup>1</sup>(PG);  
Malavoglia, Rodrigo C.<sup>1</sup>(O)  
karolug@hotmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro*

A globalização é um dos acontecimentos mais marcantes da história da humanidade. O fato de o homem ser sociável trouxe a necessidade de compartilhar informações a todo o momento e em todo lugar. As companhias telefônicas tiveram um papel fundamental nesse processo: alavancaram os limites desta comunicação, proporcionaram resultados mais rápidos e eficientes, contribuindo de maneira significativa para o desenvolvimento econômico e tecnológico em patamar mundial. Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi mostrar a relação dos indicadores financeiros econômicos das três principais empresas de telefonia móvel do país (Vivo, Tim e Claro) com suas respectivas participações e influência no mercado. Para tanto, utilizou-se a metodologia quantitativa para análise e interpretação dos índices, gráficos, demonstração do resultado, balanço patrimonial, ranking de reclamações pela Anatel e Market Share destas empresas no período de 2014 a 2016. Notou-se claramente que os indicadores financeiros não devem ser analisados isoladamente, assim como sua participação no mercado, pois em uma primeira análise a Tim obteve melhores resultados pelos índices de liquidez. Porém, quando se observou a rentabilidade, a Vivo está levemente acima em comparação às demais. Concluiu-se que a Vivo detém o título de operadora mais viável devido à estabilidade, lucratividade, investimento em marketing, gama de produtos e preocupação em bem atender, apesar de ter vasta lista de reclamações na Anatel, pois quanto maior o número de clientes maior a dificuldade em atender com excelência. No quesito Market Share esta segue na liderança, seguida pela Claro e pela Tim com proximidade de números. No geral, é importante destacar que as três empresas detêm mais de 75% do mercado brasileiro.

**Palavras-chave:** Globalização. Comunicação. Telefonia Móvel. Indicadores financeiros econômicos. Market Share.

[Inscrição: 1844]

**ANÁLISE DA EFICÁCIA DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO  
EMPRESARIAL: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE CONCESSÃO  
DE SANEAMENTO BÁSICO**

Dagga, Bruno H.<sup>1</sup>(PG); Braga, Leandro R.<sup>1</sup>(PG); Silva, Hamilton A. F.<sup>1</sup>(PG); Torres,  
Leandro V.<sup>1</sup>(O)

brunodagga@yahoo.com.br

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro/SP.*

Com a profissionalização das empresas e pela alta competitividade dos setores, torna-se necessário um gerenciamento eficiente das operações para a maximização dos resultados, sendo um diferencial essencial para sua competitividade. O planejamento e o orçamento empresarial quando bem elaborados e interpretados permitem que os gestores tomem as decisões oportunas para um bom desempenho dos negócios, onde podem prever problemas que venham acontecer no futuro e com isso aplicar medidas para minimizar ou até mesmo eliminar os riscos que possam ocorrer. Este trabalho foi desenvolvido em uma empresa de médio porte do ramo de concessão de saneamento básico e visa analisar e demonstrar as diversas premissas que podem ser utilizadas para elaboração do planejamento e orçamento empresarial, pois como é uma empresa regulamentada por licitação municipal e no contrato de concessão permite que sua receita de prestação de serviços seja restrita a um único reajuste financeiro anual e que o aumento do consumo depende do desenvolvimento populacional e a fatores climáticos, já os seus custos de prestação de serviços e despesas em sua maioria são reajustados mais de uma vez no ano, pois acompanham as condições do mercado e podem ser reajustados em percentuais superiores ao da receita de prestação de serviços. Com base nas informações coletadas pelo período de cinco anos identificamos que o negócio possui suas particularidades, mas que todas podem ser mensuradas com base no conhecimento técnico das equipes de colaboradores e até mesmo de dados de fontes externas, pois é de grande importância o acompanhamento do orçamento mensalmente, para que as receitas, custos e despesas estejam sendo realizadas conforme definido no planejamento e com isso a empresa consiga obter as margens de ganhos desejadas para a continuidade ao negócio e para contribuir com o desenvolvimento da localidade em que atua.

**Palavras-chave:** Orçamento empresarial. Planejamento. Premissas.

[Inscrição: 1938]

## APLICAÇÃO DA ELISÃO FISCAL EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Brediks, Fernanda D. S.<sup>1</sup>(PG); Oliveira, Juliana L.<sup>1</sup>(O)  
ferbrediks@yahoo.com.br

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro*

Este trabalho tem o objetivo de apresentar um breve contexto sobre micro e pequenas empresas, regime simplificado de tributação, planejamento tributário, evasão e elisão fiscal. Por meio de estudos das legislações vigentes, visa-se à minimização dos tributos, o que reflete positivamente nos resultados da empresa. Com as frequentes alterações no mundo dos negócios, as empresas dependem de sua capacidade de adequação à competitividade para manter suas empresas no mercado, este estudo auxilia em uma das maiores dificuldades que é a complexidade das leis e seu entendimento. As micro e pequenas empresas são as que mais precisam de assessoria adequada para utilizarem os devidos procedimentos para a redução da carga tributária; dessas dificuldades surgem os estudos para a aplicabilidade da elisão fiscal. Neste estudo será possível visualizar a aplicabilidade da elisão às micro e pequenas empresas de forma que haja redução na carga tributária. Neste trabalho será apresentado que é possível com base nos estudos da legislação utilizar as informações de forma adequada e aplicá-las com embasamento legal sem que haja riscos à empresa. Será apresentado um estudo de caso, cujos dados foram fornecidos por uma empresa do ramo de produtos farmacêuticos, e seu resultado será útil para uma eventual decisão entre regimes tributários, podendo analisar qual alternativa é mais econômica para a empresa. Nesse contexto, o estudo foca na aplicação da Elisão Fiscal, a qual visa promover a aplicação de procedimentos amparados por lei e que auxiliam os profissionais e empresários para que aumentem suas possibilidades de redução de carga tributária por meio de teorias confiáveis e, finalmente, com um estudo aplicado em um fato real, o que irá possibilitar uma visão geral sobre o fenômeno. Desta maneira, verificam-se as possibilidades aplicáveis às micro e pequenas empresas e os benefícios oferecidos pelos estudos das legislações às mesmas.

**Palavras-chave:** Micro Empresa. Pequena Empresa. Elisão Fiscal. Planejamento Tributário.

[Inscrição: 1695]

## AS PRINCIPAIS FALHAS NO PROCESSO DE COMUNICAÇÃO PARA O PÚBLICO ALVO: UM ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Siqueira, Maria P. N.<sup>1</sup>(PG); Ramos, Marta <sup>1</sup>(PG); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
mariapaulanunes5@gmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro*

Cada vez mais Instituições de Ensino Superior contribuem para com o contexto sócio-econômico em geral. Neste cenário competitivo, é de grande importância a compreensão e satisfação dos clientes. O presente estudo apresentou como objetivo principal identificar as principais falhas decorrentes do processo de comunicação, segundo o setor de atendimento de uma instituição de ensino, correlacionando as falhas para com seus efeitos aos principais setores da instituição. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, mediante um estudo de campo. Já a coleta de dados foi realizada mediante a aplicação de um questionário semiestruturado, direcionado para o gestor do setor de atendimento da instituição objeto de estudo. Os resultados apontam que as principais falhas e/ou dificuldades relacionadas à Central de Atendimento ao Aluno foram: a falta de comunicação/informação aos envolvidos, agilidade no processo de solução. Essas falhas afetam diretamente alguns setores, como: Secretaria, CR – Central de Relacionamento, FAE - Fundo de Apoio ao Estudante e Financeiro. Dentre as principais consequências para os mesmos, é notória a ocorrência de erros, retrabalhos, perdas financeiras, insatisfação do aluno e a imagem da Instituição. Uma comunicação eficaz é capaz de tornar a instituição em um negócio promissor e alinhar sua atuação com seus objetivos estratégicos. A comunicação é fundamental nas organizações, ela que intercambia a informação entre as pessoas dentro das organizações. Nem sempre essas informações chegam às pessoas de forma correta, ao longo do percurso elas são alteradas ou transformadas. Os administradores precisam melhorar a forma de transmitir as informações e compreender o que as outras pessoas o transmitem.

**Palavras-chave:** Instituição de Ensino Superior. Comunicação. Falhas.

[Inscrição: 1679]

**COMPARABILIDADE EM MEIO A EMPRESAS DE SEGMENTOS  
DISTINTOS DENTRO DO SETOR TERCIÁRIO: UM ESTUDO ENVOLVENDO  
CUSTO DO CAPITAL**

Vieira, Ana C.<sup>1</sup>(G); Locci, Mariana I.<sup>1</sup>(G); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
kavieira23@gmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE*

O cenário da economia atual demonstra que o planejamento estratégico é uma ferramenta importante para obter retorno positivo quanto ao investimento. Analisar o capital investido nas organizações se torna parte desse plano, sendo importante para o sucesso empresarial. Diante disso, o objetivo geral do estudo foi verificar, segundo o ponto de vista estratégico, como o custo de capital, atrelado as práticas de gestão, afeta a percepção de ganho do empresário prestador de serviços e/ou varejista. Para tanto, utilizou-se a metodologia com abordagem qualitativa e quantitativa, aplicada mediante um estudo de campo, sendo a coleta de dados através de um formulário semiestruturado direcionado a duas empresas pertencentes ao setor terciário, ambas localizadas na região de Bebedouro-SP. De forma mais específica, as organizações objeto de estudo abrangem os segmentos de comércio de roupas (varejista) e a área contábil (prestadora de serviços). Através do processo de cálculo do custo médio ponderado de capital (WACC), que demonstra a taxa relativa ao retorno do investimento, identificou-se que o mesmo era desconhecido ou pouco utilizado em ambas as organizações. Contudo, surge o interesse de ambos os gestores das empresas de aplicá-lo de maneira constante, evidenciando esta informação e mudando a percepção de ganho dos empresários. Em geral, a utilização do WACC auxilia no entendimento das demais demonstrações contábeis existentes, proporcionando resultados mais precisos quanto ao investimento anteriormente realizado. Portanto para demonstrar o real lucro e, conseqüentemente, os benefícios do método, ambos os gestores passariam a adotar o custo médio ponderado de capital, para assim obter maior controle sobre o retorno de seu negócio.

**Palavras-chave:** Custo de Capital. Setor Terciário. Planejamento Estratégico.

[Inscrição: 1673]

## **CONTROLE INTERNO COMO FERRAMENTA DE GESTÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO SETOR DE TELEFONIA.**

Lima, Cristiele D. S. P.<sup>1</sup>(PG); Silva, Tatiane A. F.<sup>1</sup>(PG); Oliveira, Juliana L.<sup>2</sup>(O)  
cristiellepereira@hotmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro; <sup>2</sup>FEARP-USP

O Controle Interno é uma ferramenta bastante utilizada na gestão de uma empresa, sendo sua utilização relevante para que os processos sejam desenvolvidos com maior eficiência para a tomada de decisão. Buscando entender melhor o controle interno e suas atribuições, como também sua contribuição para as empresas através de sua aplicação, o presente estudo tem como problemática, a saber: Qual a importância do controle interno em uma organização dada a necessidade constante de informações pelos gestores? Diante deste contexto, o principal objetivo deste trabalho é analisar a relevância do controle interno para o desempenho de uma empresa do setor de telefonia por meio da aplicação de um estudo de caso. Este estudo se justifica pela importância que o controle interno representa para as empresas, uma vez que se este controle for aplicado e monitorado de forma constante, poderá detectar a ocorrência de irregularidades dentro da entidade, o que possibilitará evitar problemas internos e possíveis perdas para a empresa. O trabalho foi realizado na perspectiva de uma abordagem qualitativa e descritiva, cuja realização deu-se por meio de um levantamento, em que os dados coletados foram adquiridos através de um questionário e, posteriormente, analisados para a obtenção do resultado a respeito do problema de pesquisa. A análise de dados demonstrou que a organização estudada necessita de um controle interno para obter êxito nos seus objetivos, ou seja, precisa estabelecer regras que visem à proteção dos ativos e à produção de dados confiáveis. Dessa forma, ficou evidenciado que o controle interno tem muito a oferecer ao processo de gestão, e que quando bem aplicado, poderá detectar erros e irregularidades salvaguardando os ativos da empresa.

**Palavras-chave:** Controle Interno. Gestão. Pequena Empresa.

[Inscrição: 1895]

## DIFERENCIAL TRIBUTÁRIO ENTRE COOPERATIVA DE CRÉDITO E BANCO PRIVADO

Romeiro, Monise M.<sup>1</sup>(PG); Garcia, Isabela M. F.<sup>1</sup>(PG); Ladislau, Eloah M. R.<sup>1</sup>(PG);  
Torres, Leandro V.<sup>1</sup>(O)  
monise.mromeiro@gmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro*

Fruto do brusco avanço tecnológico das últimas décadas, a competitividade acirrada entre as empresas impulsiona os gestores a buscarem meios de sobressair no mercado. Porém, a maioria das operações financeiras e comerciais é dotada de taxas, impostos e contribuições, valores que poderiam ser aplicados em investimentos, são destinados ao pagamento destes tributos. A carga tributária brasileira é notoriamente alta, deduzindo o lucro bruto e pesando, consideravelmente, no “bolso” das empresas. Para manterem-se ativas, essas instituições são obrigadas a recolher impostos, sendo que, para cada tipo de empreendimento é exigido um determinado tratamento. Neste caso, aborda-se as instituições financeiras, que são principais fontes do movimento e desenvolvimento na economia de um país, pois fornecem serviços elementares para a sociedade: crédito, empréstimos e financiamentos, poupança, aplicações, capitalização, consórcios, seguros, previdência privada, descontos em títulos e cheques, pagamentos, enfim, de maneira geral, movimentam o capital. O presente artigo estuda a diferença existente na cobrança de tributos, entre duas instituições pertencentes ao Sistema Financeiro Nacional: uma Cooperativa de Crédito e um Banco Privado. Tal estudo foi elaborado, descrevendo-se a história do cooperativismo, juntamente com o surgimento das Cooperativas de Crédito e os Bancos, destacando-se o regime e tratamento tributário devido a cada um. Apresentou-se uma análise de resultados, contendo uma simulação elaborada para demonstrar o impacto da carga tributária em ambos, visando assim, o objetivo deste artigo. Pode-se perceber a grande diferença tributária entre tais instituições, uma vez que, a cooperativa de crédito possui suas particularidades na elaboração das demonstrações contábeis, através de normas e leis específicas e a mesma, calcula seus impostos, apenas sobre os valores referentes aos atos não cooperativos, isto é, as ações realizadas com terceiros, fazendo com que sua base de cálculo seja menor se comparado a instituição privada e seu resultado seja maior.

**Palavras-chave:** Cooperativa de Crédito. Banco privado. Tributação.

[Inscrição: 1694]

## IMPLANTAÇÃO DO ORÇAMENTO EMPRESARIAL EM UMA EMPRESA DO SETOR AGROPECUÁRIO

Fernandes, Augusto S.<sup>1</sup>(PG); Pratinha, Josimeire <sup>1</sup>(PG); Torres, Leandro V.<sup>1</sup>(O)  
augusto.s.fernandes@hotmail.com  
<sup>1</sup>*Centro Universitário Unifafibe*

Na atual conjuntura econômica, onde a disputa entre as empresas está cada vez mais acirrada, assim como a busca pela sobrevivência e invencibilidade no mercado, há uma demanda por maior otimização de recursos, como forma de obter sucesso em suas operações, o que desencadeia a necessidade de instrumentos que auxiliem nas tomadas de decisões. O processo de tomada de decisão não lida apenas com aspectos administrativos, mas, sobretudo com a parte financeira da companhia. Nesse contexto, destaca-se como ferramenta o plano de orçamento empresarial, ao qual foi analisada a previsão de orçamento referente a safra 2016/2017. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo geral descrever a implantação de um plano de orçamento na empresa Fazenda Serra Vermelha. O trabalho constou de uma pesquisa descritiva, na qual foi realizada uma busca de conhecimentos na literatura referente às teorias sobre implantação de orçamento empresarial, com abordagem qualitativa por meio de um estudo de caso, cujo objeto de estudo foi a empresa produtora de grãos Fazenda Serra Vermelha, localizada no interior do estado do Maranhão. A análise orçamentária foi elaborada pelos responsáveis de cada departamento, financeiro, produção, comercial e pelo administrativo. Para isso, foram utilizados 15.000 hectares de terras, sendo 12.000 para Soja e 3.000 para Milho, concluindo que os maiores gastos incidiram na compra de Insumos, Óleo Diesel e Mão de Obra. O objetivo da implantação do orçamento empresarial na empresa Fazenda Serra Vermelha teve êxito, gerando informações referentes a cada departamento da empresa demonstrando em uma visão panorâmica as dificuldades e benefícios do cotidiano da empresa.

**Palavras-chave:** Agronegócio. Empresa produtora de grãos. Orçamento empresarial.

[Inscrição: 1774]

## IMPLEMENTAÇÃO DO BALANCED SCORECARD EM MICROEMPRESAS: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA VAREJISTA DE MÓVEIS

Alves, Bruna L.<sup>1</sup>(G); Martins, Gabriela P.<sup>1</sup>(G); Torres, Leandro V.<sup>2</sup>(O)  
bruuunaalves@gmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE*; <sup>2</sup>*FEARP/USP, Ribeirão Preto/SP.*

Para permanecerem competitivas no mercado as microempresas e pequenas empresas têm adotado novas práticas de gestão. O presente artigo tem como objetivo implantar um Balanced Scorecard (BSC), constatando as contribuições desse sistema de gestão estratégica como ferramenta que auxilia no desempenho da organização. Trata-se de uma ferramenta de gestão que facilita a tradução da missão e oferece um mapa estratégico que possibilita a visualização e o acompanhamento das metas e objetivos da empresa. A elaboração do BSC apresentada por Kaplan e Norton é mais apropriada para as empresas de grande porte, porém, será demonstrado que as microempresas e pequenas empresas necessitam muito de planejamento. Sobre o estudo efetuado foram elaboradas sugestões de estratégias a serem adotadas pela empresa, que foram desenvolvidas conforme cada perspectiva (financeira, clientes, processos internos, aprendizado e crescimento). A metodologia utilizada foi a de estudo de caso, desenvolvido com abordagem de uma pesquisa descritiva e exploratória, para pesquisa foi utilizada análise documental, com exame de dados fornecidos. Na empresa estudada, foi possível construir um planejamento estratégico, missão, visão e valores que facilitaram o acompanhamento das metas, o mapa estratégico proposto para empresa contribuiu com a conquista dos objetivos em todas as perspectivas, foi elaborado um plano de cargos e salários e realização de treinamentos para os funcionários, a empresa pode contar com uma mão-de-obra mais qualificada, o que elevou à satisfação dos clientes em relação a serviços e produtos oferecidos, com clientes satisfeitos as vendas aumentaram, conseqüentemente retorno no investimento. Com isso, os indicadores passaram a servir como sinal para que avaliem melhor as decisões, o gestor passou a obter capacidade para entender a estratégia da empresa de forma mais ampla. Assim, foi possível desenvolver um planejamento estratégico com base no BSC na microempresa, com intuito alinhar suas atividades fazendo com que a empresa amplie seu desempenho.

**Palavras-chave:** Balanced Scorecard. Mapa estratégico. Microempresas.

[Inscrição: 1705]

## INDICADORES DE DESEMPENHO: SUA IMPORTÂNCIA PARA A TOMADA DE DECISÃO EM UMA EMPRESA FAMILIAR AGRÍCOLA

Origuela, Patricia<sup>1</sup>(PG); Silva, Cleber J. T.<sup>2</sup>(PG); Aguiar, Juliana S.<sup>2</sup>(PG); Torres, Leandro V.<sup>3</sup>(O)  
patioriguela@hotmail.com

<sup>1</sup>Centro Universitário UNIFAFIBE; <sup>2</sup>IMESB, Bebedouro/SP; <sup>3</sup>FEA/USP, Ribeirão Preto/SP

Este artigo objetiva conhecer o conceito de KPIs (do inglês *Key Performance Indicator*, ou seja, Indicador Chave de Performance) e verificar se a aplicação de indicadores de desempenho em uma empresa familiar agrícola traz benefícios para gestão e tomada de decisão eficiente e eficaz. Entende-se Controladoria como um órgão essencial na empresa, responsável pela produção de informações e controles para suporte à melhor tomada de decisões dos gestores. O material empírico foi obtido por meio de questionário aplicado à empresa e relatórios e planilhas disponibilizados pela mesma, bem como as observações ativas dos pesquisadores, sendo a técnica de pesquisa utilizada o estudo de caso, e o teórico através de pesquisas em livros, revistas, sites, teses, dissertações, publicações e artigos científicos. A pesquisa foi realizada em uma empresa familiar agrícola, onde foram desenvolvidos recentemente indicadores de desempenho para todos os setores da empresa com o auxílio e supervisão do setor de Controladoria da empresa e foi possível verificar com a pesquisa que os indicadores são fontes úteis que auxiliam os gestores na tomada de decisão, pois com o estudo dos resultados dos indicadores é possível medir o desempenho dos setores e ajustá-los para que os resultados sejam obtidos. Verificou-se que a empresa tinha a intenção de mudar alguns processos para obter um lucro maior, mas não existiam metas traçadas. E com a implantação dos KPIs pôde-se verificar que, as metas definidas já foram colocadas em prática na empresa e todos os setores começaram a trabalhar para atingi-las. Observou-se também que os funcionários passaram a entender o seu real valor no todo.

**Palavras-chave:** Controladoria Empresarial. Indicadores de Desempenho - KPIs. Planejamento Estratégico.

[Inscrição: 1682]

## INFLUÊNCIA DA DEPRECIÇÃO DO MAQUINÁRIO AGRÍCOLA NO RESULTADO DA EMPRESA

Augusto, Rosangela A. F.<sup>1</sup>(G); Rodrigues, Ângelo A. D. O. N.<sup>1</sup>(O)  
roosangelaa5@gmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro*

A agricultura é uma atividade muito importante para a economia do Brasil e se encontra a cada dia mais associada à tecnologia, seja para elevar a produtividade, seja para reduzir os custos. Por isso, é fundamental um eficaz gerenciamento dos custos da atividade agrícola. As máquinas agrícolas ficam expostas às variações naturais do clima, o que afeta expressivamente a sua vida útil estimada pelo fabricante, causando a depreciação. Em outras palavras, as intempéries podem maximizar ou minimizar a vida útil estimada das máquinas agrícolas. A depreciação do bem físico significa a perda do valor do mesmo, a qual o serviço de manutenção não consegue recuperar com o passar do tempo. Diante disto, o objetivo deste trabalho foi verificar a influência da depreciação do maquinário agrícola no resultado da empresa, mostrando a necessidade de quantificar o valor dessas máquinas, sua viabilidade econômica e de compra, e, o que elas representam não só nos ganhos de eficiência e produtividade, como também o seu valor final após sua depreciação nos resultados da empresa. O método utilizado para desenvolver este trabalho foi uma pesquisa descritiva, realizada por meio de um estudo de caso, de abordagem qualitativa, realizada em uma empresa agrícola da região de Monte Azul Paulista, Fazenda Bom Jardim, para conhecer a influência da depreciação do maquinário agrícola no resultado da empresa. Os resultados mostraram que a depreciação influencia na queda do preço de venda do trator, após a sua vida útil, consequentemente, influenciando os resultados da empresa, por isso precisa ser computada. Conclui-se, portanto, que a depreciação é o registro da redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de uso, ação da natureza ou obsolescência.

**Palavras-chave:** Depreciação. Redução de valor. Desgaste.

[Inscrição: 1830]

## O PAPEL DA AUDITORIA INTERNA PARA PREVENÇÃO DE FRAUDES NAS EMPRESAS

Silva, Paula R. D. O.<sup>1</sup>(G); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
paulinha.rafa2009@hotmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro

No contexto atual, percebe-se que a auditoria interna é de suma importância para com o contexto empresarial, principalmente para médias e grandes organizações, proporcionando à administração uma visão de como o controle interno está sendo realmente realizado, possibilitando, assim, evitar o surgimento de fraudes e erros. Estudos realizados por peritos no final de 2013 relataram que as empresas perdem aproximadamente entre 4 a 5% de seu faturamento bruto devido às fraudes, expondo a seriedade deste contexto. O presente trabalho buscou analisar os principais aspectos que contribuem para o surgimento de fraudes, os possíveis tipos, bem como as principais ações que uma empresa do ramo Concessionária de Rodovias desenvolve para evitá-las. Utilizou-se metodologia qualitativa, mediante abordagem descritiva, através de um estudo de campo, sendo a coleta de dados realizada por um questionário semiestruturado. Dentre os principais resultados, verificou-se que o principal fator que contribui para o aparecimento de fraudes nesse ramo refere-se à dificuldade de desenvolvimento da atividade de auditoria na parte de controle operacional, devido o grande volume de usuários (clientes) da rodovia. Conclui-se que os principais fatores relacionados ao aparecimento de fraudes ocorrem na folha de controle de arrecadação, possibilitando o aparecimento de desvios, uma vez que a arrecadação do pedágio, na maior parte das transações, ocorre em espécie. Verificou-se que existe, também, a possibilidade de ocorrência de fraudes para com as atividades de ampliação e manutenção das rodovias, uma vez que tal atividade representa grande saída de dinheiro. Por fim, considerando as principais ações que a empresa desenvolve para evitar as fraudes citadas, foi constatado que são realizados diversos controles embasado no cruzamento de informações.

**Palavras-chave:** Concessionária de rodovias. Auditoria interna. Fraudes.

[Inscrição: 1632]

## O PAPEL DA AUDITORIA INTERNA PARA PREVENÇÃO DE FRAUDES NAS EMPRESAS

Rossi, Aline A.<sup>1</sup>(G); Silva, Paula R. D. O.<sup>1</sup>(G); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
aline-sme@hotmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro*

No contexto atual, percebe-se que a auditoria interna é de suma importância para com o contexto empresarial, principalmente para médias e grandes organizações, proporcionando à administração uma visão de como o controle interno está sendo realmente realizado, possibilitando, assim, evitar o surgimento de fraudes e erros. Estudos realizados por peritos no final de 2013 relataram que as empresas perdem aproximadamente entre 4 a 5% de seu faturamento bruto devido às fraudes, expondo a seriedade deste contexto. O presente trabalho buscou analisar os principais aspectos que contribuem para o surgimento de fraudes, os possíveis tipos, bem como as principais ações que uma empresa do ramo Concessionária de Rodovias desenvolve para evitá-las. Utilizou-se metodologia qualitativa, mediante abordagem descritiva, através de um estudo de campo, sendo a coleta de dados realizada por um questionário semiestruturado. Dentre os principais resultados, verificou-se que o principal fator que contribui para o aparecimento de fraudes nesse ramo refere-se à dificuldade de desenvolvimento da atividade de auditoria na parte de controle operacional, devido o grande volume de usuários (clientes) da rodovia. Conclui-se que os principais fatores relacionados ao aparecimento de fraudes ocorrem na folha de controle de arrecadação, possibilitando o aparecimento de desvios, uma vez que a arrecadação do pedágio, na maior parte das transações, ocorre em espécie. Verificou-se que existe, também, a possibilidade de ocorrência de fraudes para com as atividades de ampliação e manutenção das rodovias, uma vez que tal atividade representa grande saída de dinheiro. Por fim, considerando as principais ações que a empresa desenvolve para evitar as fraudes citadas, foi constatado que são realizados diversos controles embasado no cruzamento de informações.

**Palavras-chave:** Concessionária de rodovias. Auditoria interna. Fraudes.

[Inscrição: 1633]

## O PAPEL DA CONTROLADORIA NA CORRELAÇÃO DE FALHAS ENTRE DEPARTAMENTOS: UM ESTUDO NO RAMO DE HOTELARIA

Jardim, Carla M. P.<sup>1</sup>(PG); Leal, Elivelton A.<sup>1</sup>(PG); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
carla\_sve@hotmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro*

O controle operacional é de extrema importância para com todos os setores de uma empresa, visando evitar o surgimento de falhas. Neste contexto, o planejamento das atividades contribui para a minimização dos erros. É compromisso da Controladoria implantar um planejamento estratégico e operacional para evitar os erros. O presente trabalho avaliou o papel da controladoria na correlação de falhas entre departamentos em uma empresa do ramo hoteleiro que se enquadra na categoria de Resort no interior de São Paulo que recebe um grande número de turistas que buscam lazer, descanso e diversão. Inicialmente apontou conceitos sobre serviços, controladoria e controle de falhas ressaltando suas finalidades e origens. Para desenvolver este estudo foi adotada uma tipologia exploratória, com caráter descritivo, através de um estudo de campo, cuja coleta de dados ocorreu mediante aplicação de um questionário a um *controller* da empresa. O resultado atingido retrata a importância da controladoria para com a identificação de falhas, participação da mesma para evitar as falhas, sendo em maioria decorrentes de processos operacionais. Concluiu-se que os principais fatores desencadeadores das falhas são por falta de atenção e conferências, gerando como consequências retrabalhos e atrasos de entrega de novas atividades e a atuação da controladoria é aplicar procedimentos e disciplina para minimizar. As empresas atualmente, seja de médio ou grande porte necessitam de uma estrutura organizacional adequada e delineada para permanecer no mercado de trabalho, e juntamente com a controladoria o qual tem a função de gerenciar, garantir e apoiar a diretoria em momentos de decisões, buscam prever os problemas futuros, para implantar melhorias.

**Palavras-chave:** Controladoria. Falha. Hotelaria.

[Inscrição: 1974]

## O PERFIL DO CONSUMIDOR INADIMPLENTE NO COMÉRCIO DE VIRADOURO-SP

Crespo, Andre G.<sup>1</sup>(PG); Mateus, Matheus C.<sup>1</sup>(PG); Bertini, Paulo R.<sup>1</sup>(PG); Neto, Percival M.<sup>1</sup>(PG); Oliveira, Juliana L.<sup>1</sup>(O)  
angocrespo@gmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro*

O presente estudo busca analisar e descobrir o perfil do consumidor inadimplente no comércio de Viradouro, mostrando as causas e razões porque isso acontece dentro do município. Devido ao elevado índice de inadimplência verificado pelo Serviço Central de Proteção ao Crédito – SCPC este levantamento será feito por meio da análise de um banco de dados que a Associação Comercial Industrial e Agrícola de Viradouro - ACIAV dispõe, e serão interpretados os dados dos anos de 2013 a 2015. O comércio vem sendo constantemente prejudicado quando o assunto é inadimplência e o estudo desenvolvido demonstra que existem várias formas de prevenção para que o comércio possa vender com segurança, prevenindo o problema da inadimplência através da utilização da ferramenta de análise de crédito disponibilizada pela Associação Comercial Industrial e Agrícola de Viradouro – ACIAV. O estudo realizado demonstrou a falta da utilização da ferramenta SCPC por parte dos gestores das empresas do comércio e com destaque para a má administração do setor de crédito pelos empresários. Estes não impõem limites definidos para as compras de seus clientes, e não se importam pela execução imediata do devedor junto ao banco de dados SCPC. Assim o não controle do setor credenciado pode trazer sérios problemas às empresas, pois a mesma pode se endividar por causa dos seus clientes inadimplentes, e até mesmo acarretar em sua falência. Com isso é interessante que as empresas sigam uma política de crédito clara e segura, busquem analisar todo o histórico do cliente e pesquisem informações detalhadas, mesmo que as empresas sigam todos os padrões e regras, a venda muitas vezes ainda não apresenta segurança e há como agravante a crise econômico-financeira pela qual o país passa atualmente.

**Palavras-chave:** Inadimplência. Prevenção. Segurança. Crédito.

[Inscrição: 2112]

## OS BENEFÍCIOS DO SIMPLES NACIONAL, PARA A CLASSE EMPRESÁRIA

Silva, Natieli A. D.<sup>1</sup>(G); Ribeiro, Tuani D.<sup>1</sup>(G); Carízio, Sérgio L. B.<sup>2</sup>(O)  
natieliap\_silva@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro;* <sup>2</sup>*Faculdade de Ciências Contábeis de Barretos*

Devido à predominância de empresas optantes pelo Simples Nacional no Brasil, este trabalho teve como foco analisar os benefícios deste regime para a classe empresarial. O objetivo geral foi analisar os aspectos econômicos e burocráticos do Simples Nacional, em relação aos demais regimes tributários. Para o desenvolvimento, foram adotados os seguintes métodos: pesquisa bibliográfica, utilizando livros e legislações com abordagem aos regimes tributários vigentes e aceitos pelo fisco e um estudo de caso, com uma análise comparativa sobre os procedimentos para apuração de tributos e obrigações acessórias, de acordo com cada regime analisado. Como resultado, constatamos que, sob a ótica econômica, o Simples Nacional se destaca em relação aos demais métodos de apuração de tributos, uma vez que, neste regime, a empresa quita através de uma única guia de recolhimento, todas as suas obrigações principais de âmbito Federal, Estadual e Municipal, inclusive a contribuição previdenciária patronal. Já no Lucro Presumido e Lucro Real, estes regimes contemplam apenas parte dos tributos, devendo os demais ser apurados em separado. Sobre a ótica burocrática, o regime simplificado também se destaca por apresentar um menor número de legislações a cumprir, além de um número reduzido de obrigações acessórias, fatores estes que influenciarão nos custos da empresa, seja com controles, como também de serviços contábeis. Concluímos que as empresas enquadradas no Simples Nacional, constituídas por microempresas e empresas de pequenos porte, via de regra possuem estrutura e recursos limitados, com a adoção desse regime, favorecerá a gestão da empresa na condução de seu negócio, visto que representa um método simplificado de recolhimento de tributos e uma menor burocracia em relação à administração e controle da empresa.

**Palavras-chave:** SIMPLES NACIONAL. REGIMES TRIBUTÁRIOS. BENEFÍCIOS. EMPRESÁRIO.

[Inscrição: 1727]

## SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO: A CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS

Cunha, Miria R. A.<sup>1</sup>(G); Torres, Leandro V.<sup>2</sup>(O)  
miriarubiacunha@gmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitario UNIFAFIBE*; <sup>2</sup>*FEARP/USP*

O Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (MSCE) passou a vigorar no ano de 2002, abordando as instruções gerais para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras pelo setor elétrico brasileiro. A finalidade desse Manual foi a padronização dos procedimentos para empresas de energia elétrica (transmissoras, geradoras e distribuidoras, inclusive cooperativas), possibilitando o controle e o acompanhamento das respectivas atividades, objeto da concessão e permissão, pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Porém, dentre várias alterações, no ano de 2015 destaca-se a referente às normas e procedimentos julgados adequados para serem utilizados como fundamentos para registro das operações realizadas pelas outorgadas do serviço público de energia elétrica e a respectiva divulgação do resultado dessas operações, à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, adaptadas para as necessidades e conceitos regulatórios. Diante disso esse trabalho busca analisar as alterações trazidas pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, no ano de 2015, para as empresas do setor elétrico realizarem as suas Demonstrações Financeiras e os impactos causados por essas alterações. O método utilizado, quanto aos objetivos, foi uma pesquisa descritiva, empregando como procedimento a pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa. Os resultados revelaram que as empresas do setor elétrico no Brasil terão que se adequar às normas estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, devendo adotar a disposições nele contidas, bem como, manter atualizada a escrituração contábil na sede do respectivo domicílio, por meio de registros permanentes, com obediência aos preceitos legais regulatórios e aos pressupostos básicos da contabilidade, sendo observadas as características qualitativas das Demonstrações Contábeis Regulatórias dispostas no presente Manual.

**Palavras-chave:** Setor Elétrico. Demonstrações Contábeis Regulatórias. Manual da Contabilidade do Setor Elétrico.

[Inscrição: 1875]

---

**Gestão e Cidadania:**

**Desenvolvimento Regional**

---

## ANÁLISE DA LIDERANÇA EM UMA LOJA DE VAREJO: REFLEXOS SOBRE A GESTÃO DE PESSOAS

Faria, Bianca C. S.<sup>1</sup>(G); Ferrari, Camila<sup>1</sup>(G); Cognetti, Natália P.<sup>1</sup>(O)  
biancafaria@prisma-distribuicao.com.br

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro

O Psicólogo Organizacional e do Trabalho possui, entre os seus objetivos de atuação, o de conciliar práticas que promovam maior qualidade de vida ao trabalhador e produtividade à organização. Entre tais práticas, a dimensão gerencial, ou seja, os modelos de liderança adotados pelos gestores nas organizações, ganha destaque. A partir deste embasamento, procurou-se avaliar a percepção dos colaboradores (vendedores) de uma loja de varejo, localizada no interior de São Paulo, sobre a liderança da área comercial, e também a percepção do próprio gestor sobre as competências relacionadas à temática. Para tanto, foram realizadas sete visitas a empresa, e utilizados questionários para a coleta de dados. Com os colaboradores, utilizou-se um inventário para Pesquisa de Clima e, com o líder, um questionário de Avaliação das Competências para a Liderança. Entre os resultados da pesquisa, foram apontadas pelos colaboradores características do líder que possibilitam relacionar o seu perfil a uma gestão democrática. Entre estas, observou-se o incentivo da liderança para com a participação dos vendedores nas tomadas de decisões da empresa (Gestão Participativa); promoção de atividades para o aprimoramento de características técnicas e comportamentais (Treinamentos); realização de reuniões para apontamento de habilidades e melhorias necessárias com os vendedores (Política de *Feedback*), dentre outras práticas citadas. Por meio da entrevista com o líder, foram observadas competências comportamentais relacionadas a comunicação, assertividade, resolução de problemas e persuasão. Tanto as características apontadas pelos colaboradores participantes da pesquisa, quanto às habilidades avaliadas por meio da entrevista com o gestor, são referenciadas na literatura como adequadas a uma liderança inovadora. Sabe-se que o papel de líder é determinante à estabilidade e sucesso das organizações diante de uma economia em crise, constituindo-se em um dos fatores “chave” para a promoção de crescimento as organizações e de um ambiente saudável para as atividades e desenvolvimento dos trabalhadores.

**Palavras-chave:** Liderança. Gestão de Pessoas. Psicologia Organizacional e do trabalho.

[Inscrição: 1735]

**APLICAÇÃO DE MASP (MÉTODO DE ANÁLISES E SOLUÇÃO DE PROBLEMAS) EM INSTITUIÇÃO BENEFICENTE LOCALIZADA NA CIDADE DE BEBEDOURO, SP.**

Quiarato, Michele A.<sup>1</sup>(IC); Lima, Adão C.<sup>1</sup>(IC); Varrichio, João C. F.<sup>1</sup>(IC); Fuzeto, Adriana. P.<sup>1</sup>(O)

quiaratomichele@hotmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro

Metodologia de Análise e Soluções de Problemas (MASP) pode ser aplicada tanto durante o estado de rotina de um processo, quando o problema é detectado por meio de alguma ferramenta de monitoramento, quanto no estágio de melhoria do processo, em busca de novas metas de desempenho. Sabendo-se que o método de solução de problemas é uma maneira científica e efetiva de se otimizar processos, é necessário a utilização das sete ferramentas da qualidade para que este seja aplicado, como por exemplo a folha de verificação e o *brainstorming*. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi o de utilizar o MASP para solucionar problemas diversos decorrentes do processo de gestão de uma instituição sem fins lucrativos, localizada na cidade de Bebedouro, SP. No decorrer de 10 reuniões foram colhidos dados sobre o funcionamento da instituição, bem como realizada uma abordagem ao cliente através de uma entrevista estruturada com foco nos funcionários do setor administrativo, nos auxiliares de serviços gerais, auxiliares de cozinha e técnicos de enfermagem e, após isso foi elaborado a estrutura organizacional, além da descrição dos cargos e funções para cada área. As oito etapas do MASP foram desenvolvidas para cada problema levantado o que possibilitou uma melhora significativa nos processos de gestão outrora aplicados na instituição em questão. Os dados colhidos no presente trabalho confirmam a eficiência do MASP para as organizações que estruturam sua gestão para as ações corretivas e preventivas, de forma a detectar os problemas e propor ações com o foco na melhoria contínua.

**Palavras-chave:** MASP. Ferramenta da qualidade. Gestão pela qualidade.

[Inscrição: 1846]

## AS ESTRATÉGIAS NA GESTÃO DE PESSOAS E SEU IMPACTO NO DESEMPENHO OPERACIONAL: UM ESTUDO NO SETOR CITRÍCOLA.

Lima, Larissa F.<sup>1</sup>(G); Moraes, Mayara <sup>1</sup>(G); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
mayaramoraes9@hotmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro*

A cultura de citros é de suma importância para a economia do nosso país, o colocando na primeira posição de exportadores de suco congelado e concentrado de laranja doce, que por sua vez é o principal produto da citricultura brasileira. Uma das principais fontes do sucesso ou fracasso de uma corporação é a maneira como os recursos humanos são tratados pela instituição; se tratados de maneira correta a empresa caminhará para o sucesso, caso contrário tenderá ao fracasso. O presente trabalho teve como objetivo averiguar quais eram as estratégias mais utilizadas por uma empresa citrícola na gestão da mão de obra incumbida de colher os frutos. Para a realização deste estudo foi feito uso da metodologia qualitativa, de natureza descritiva, através de uma pesquisa de campo. Os dados foram coletados por meio de um formulário semiestruturado aplicado ao gestor da contabilidade e ao da produção, ambos da mesma empresa citrícola. Através da realização do trabalho foi possível apontar uma organização atuante no ramo dos citros que aplica as práticas de gestão de pessoas e exemplificar algumas das estratégias mais utilizadas em sua gestão. Quando comparado o quadro em que a instituição se encontrava antes da implantação das estratégias de gestão de pessoas com o quadro após a implantação, os elementos que sofreram alterações foram prontamente apontados por ambos os gestores e de maneira concordante, tais como: a redução dos acidentes de trabalho, diminuição das faltas na jornada de trabalho, decréscimo das ações trabalhista e a redução dos custos, e conseqüentemente um aumento da produção e do lucro.

**Palavras-chave:** EMPRESA CITRÍCOLA. GESTÃO DE PESSOAS. ESTRATÉGIAS.

[Inscrição: 1722]

## AS PRINCIPAIS FALHAS LOGÍSTICAS NO PROCESSO DE RECEBIMENTO DE MATÉRIA-PRIMA EM UMA EMPRESA DE SETOR SUCROALCOOLEIRO

Azevedo, Andréia T. A.<sup>1</sup>(G); Silva, Maira B.<sup>1</sup>(G); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
andreiataa@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro - SP*

O setor sucroalcooleiro está se expandindo, principalmente em virtude da crescente demanda de etanol e açúcar, e atualmente com a produção de energia, sendo esta vista como fonte limpa e renovável. Considerando a competitividade atual, para que uma empresa tenha um bom desempenho, é necessário estabelecer um setor logístico bem-sucedido. O trabalho estabeleceu como objetivo verificar os principais e possíveis erros no setor logístico referente ao recebimento da matéria-prima no ramo sucroalcooleiro. Para tanto, o presente estudo fez uso da metodologia qualitativa, de cunho descritivo, por meio de um estudo de campo em uma usina sucroalcooleira localizada no interior de São Paulo, cuja coleta de dados ocorreu junto ao responsável do setor logístico, mediante aplicação de um questionário semiestruturado. Os principais resultados apontam que as possíveis falhas que podem ocorrer na logística de abastecimento e escoamento de produção da empresa são o controle ineficiente dos prazos de entrega por parte dos fornecedores e, conseqüentemente, falhas no fluxo de escoamento de produção, gerando como impacto o desabastecimento ao processo produtivo, atrasos na produção, descumprimento do prazo de entrega determinado nos contratos comerciais da empresa e desordem no fluxo de caixa para com os compromissos financeiros assumidos. Conclui-se que a ocorrência destes impasses neste departamento pode atingir, direta ou indiretamente, a maioria das atividades da entidade, seja no aspecto físico e/ou financeiro. Para evitar esses problemas a empresa estudada possui uma área responsável pelo acompanhamento diário dos prazos, desde os recebimentos das compras, até o monitoramento diário do escoamento de produção, fazendo com que todos os prazos sejam atendidos, segundo as metas estabelecidas.

**Palavras-chave:** Sucroalcooleiro. Falhas. Logística.

[Inscrição: 1813]

## COOPERAÇÃO CONTRA A DENGUE – UM CASO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL

Franco, Melina P.<sup>1</sup>(PG); Sita, Caio C.<sup>1</sup>(PG); Netto, Augusto M.<sup>1</sup>(PG); Oliveira, João P.<sup>1</sup>(O)

mpaixaofranco@gmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro

Este artigo refere-se à pesquisa realizada sobre uma ação de Responsabilidade Social Empresarial denominada Cooperação Contra a Dengue, desenvolvida por uma cooperativa de crédito de Bebedouro (SP), a Sicoob Credicitrus. Partindo de um estudo de caso, buscou-se explorar os principais aspectos do desenvolvimento da ação e responder as problemáticas levantadas. De acordo com a pesquisa, a ação foi realizada com o objetivo de colaborar para a diminuição de casos de dengue na cidade, que viveu um surto em 2015. Assim, a Sicoob Credicitrus decidiu premiar com R\$1.000,00, através de sorteio, 20 moradores da cidade, cujas casas estivessem livres de criadouros do *Aedes aegypti*. A campanha foi classificada como concurso devido ao fato de os participantes se inscreverem, através do preenchimento e depósito de cupom, que foram entregues em todas as casas da cidade, nos locais predefinidos para concorrer aos prêmios, estes que, em todas as apurações, só foram entregues aos sorteados mediante à constatação do Departamento Municipal de Saúde de que a residência inscrita e sorteada estava livre de focos e, portanto, vencedora do concurso. É importante destacar que, concomitantemente à campanha, o Departamento Municipal de Saúde desenvolveu várias ações de combate à dengue, como a intensificação de visitas em zonas estratégicas, onde há maior concentração dos criadouros, conscientização da população e o uso de um inseticida biológico, composto por bactérias *Bacillus thuringiensis israelensis* (BTI) que mata as larvas do mosquito. A Cooperação Contra a Dengue também foi considerada pelo Departamento Municipal de Saúde como parte integrante do plano de combate ao *Aedes aegypti* em Bebedouro. Como resultado principal, é possível inferir que a ação pesquisada, combinada às demais estratégias adotadas para o combate à dengue, pode ter influenciado na diminuição de mais de 98% dos casos da doença no município no ano de 2016.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social Empresarial. Cooperativismo. Estudo de Caso.

[Inscrição: 1870]

## GRANDES LIDERES: ANÁLISE DO USO DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

Bezerra, Camila S.<sup>1</sup>(PG); Sanfloria, Fabio <sup>1</sup>(PG); Silva, Loideane <sup>1</sup>(PG); Silva, Julio C. F.<sup>1</sup>(PG); Oliveira, João P. L.<sup>1</sup>(O)  
camila.sichieri.bezerra@gmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro*

Atualmente existem várias pesquisas avaliando os benefícios do uso da inteligência emocional na liderança. O artigo apresenta um breve estudo sobre os conceitos de liderança e inteligência emocional, assim como uma série de análises de líderes conhecidos, com o intuito de evidenciar ao leitor situações em que estes fizeram uso ou não das habilidades que compõe a inteligência emocional. Os líderes analisados foram: Jesus Cristo (performance humana), Adolf Hitler, Jorge Paulo Lemann e Steve Jobs. Utilizou-se o método de pesquisa qualitativa documental por meio de análises de suas biografias. À luz das teorias sobre liderança e inteligência emocional, um protocolo de pesquisa foi desenvolvido, de forma que as principais características de lideranças autores selecionados fossem colocadas em framework e analisadas conjuntamente para que se pudesse compreender como as habilidades da inteligência emocional estão presentes na liderança, assim, atingindo os objetivos inicialmente propostos. Todos os líderes analisados apresentaram uso da inteligência emocional em maior ou menor intensidade. Os que fizeram uso da maior parte das habilidades, identificando qual utilizar em cada situação, obtiveram a concretização de seus objetivos, além de gerar sentimentos positivos em seus liderados. O uso das habilidades de forma parcial resultou no desenvolvimento de competências nos liderados, porém, o relacionamento interpessoal foi prejudicado. Quando a maior parte das habilidades não foi utilizada, resultou em uma liderança agressiva gerando consequências negativas. A partir destas análises pode-se concluir a importância do uso da inteligência emocional na liderança, pois ainda que poucas habilidades sejam praticadas, mas de forma consistente, são capazes de conduzir o líder a concretizar seus objetivos. A quantidade e a frequência de habilidades praticadas são fatores determinantes para consequências positivas ou negativas. Com as análises criou-se um modelo para o desenvolvimento de habilidades do leitor ao criar um elo entre conceitos teóricos e exemplos práticos.

**Palavras-chave:** Inteligência Emocional. Habilidades. Liderança.

[Inscrição: 1848]

## IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE GESTÃO PDCA E AS FERRAMENTAS DA QUALIDADE UTILIZADAS EM CADA ETAPA DO PROCESSO.

Lima, Adão C. D.<sup>1</sup>(IC); Varrichio, João C. F.<sup>1</sup>(IC); Quiarato, Michele A.<sup>1</sup>(IC); Fuzeto, Adriana P.<sup>1</sup>(O)

delimaadao@gmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro

O método mais abrangente de processo de melhoria continua é o ciclo PDCA e, com o auxílio das ferramentas da qualidade, resulta em excelentes resultados tanto na qualidade dos serviços prestados quanto na estrutura organizacional e produtividade da empresa onde for implantado. Neste contexto, o objetivo deste trabalho foi efetuar uma revisão de literatura abordando a importância da implantação de um sistema de gestão com foco na qualidade, bem como as ferramentas da qualidade que possam ser utilizadas em cada etapa deste processo. Assim, a pesquisa foi realizada através de uma sistemática qualitativa que envolve revisão de literatura a respeito do Sistema de Gestão PDCA e as Sete Ferramentas da Qualidade. Para tanto, foram consultadas obras de autores como Falconi, Juran, Deming, Ishikawa, Garvin entre outros. Considerando cada uma das quatro etapas do ciclo do PDCA, podemos aplicar pelo menos uma das sete ferramentas da qualidade em cada uma delas, sendo: **(P) Plan** - Planejamento: nesta, pode ser utilizado o Gráfico de Pareto ou Diagrama de Causa e Efeito; **(D) Do** - Executar: nesta etapa, a utilização do 5W1H é importante além das folhas de verificação para auxiliar na coleta de dados; **(C) Check** – Verificação: podem-se utilizar os Gráficos de Controle que mostram as variações em cada processo, além do Diagrama de Dispersão para analisar se os indicadores podem estar envolvidos no problema em questão; **(A) Act** – Atuar corretivamente: esta última etapa visa padronizar as ações que propiciaram atingir as metas, assim cabe a utilização de todas as ferramentas da qualidade. Portanto, através desta revisão crítica sobre o sistema PDCA e das ferramentas da qualidade foi possível observar que o uso adequado, dentro dos níveis de uma organização, resulta num alto índice de sucesso para otimização dos processos envolvidos.

**Palavras-chave:** PDCA. Ferramentas da Qualidade. Melhoria Continua. Sistema de Gestão.

[Inscrição: 1798]

## POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS E CRISE ECONÔMICA: IMPACTOS NA SAÚDE DO TRABALHADOR

Castro, Celia R. C.<sup>1</sup>(IC); Cognetti, Natália P.<sup>2</sup>(O)  
celiarcouto@gmail.com

<sup>1</sup>Centro Universitário UNIFAFIBE; <sup>2</sup>Universidade Estadual de Maringá

Diante da Era Tecnológica e da busca por produtividade das organizações, sabe-se que os indivíduos passam grande parte de suas vidas, inseridos no trabalho. Desta forma, tornam-se parceiros íntimos das organizações e responsáveis pelo seu sucesso e crescimento. Todavia, compreende-se como fundamental para que tais benefícios sejam promovidos, um ambiente organizacional que minimize pressões, possibilite a comunicação interpessoal e a saúde do trabalhador. Neste sentido, questiona-se a política de Gestão de Pessoas em um cenário de crise econômica, uma vez que este impõe as organizações cortes de pessoal, minimização de gastos e, em muitas situações, encerramento dos negócios. A partir destas considerações, objetivou-se pesquisar, por meio de análise bibliográfica, os tipos de políticas de Gestão de Pessoas, as consequências de pressões, como a crise econômica, nas organizações, bem como as possíveis influências destas na saúde do trabalhador. Este estudo constitui-se em projeto de Iniciação Científica, realizado no período de onze meses, através de periódicos e livros na área de Gestão de Pessoas, Cenário Socioeconômico e Psicologia Organizacional e do Trabalho. A literatura apontou que, diante de pressões ambientais, o papel da Gestão de Pessoas é o de auxiliar a organização na reelaboração e alcance de metas e objetivos, posicionando-se de maneira assertiva, buscando inovação e resultados, além do equilíbrio na relação entre gestores e colaboradores. As pesquisas indicaram a falta de perspectiva dos trabalhadores quanto as suas carreiras na organização e a ausência de informações sobre os objetivos organizacionais como estressores e fonte de adoecimento no trabalho. Entende-se como fundamental, especialmente em situações de pressão nas organizações, uma política de Gestão Participativa que possibilite, além da informação e participação dos trabalhadores na tomada de decisão, uma liderança democrática que integre a equipe.

**Palavras-chave:** Gestão de Pessoas. Crise Econômica. Saúde Ocupacional. Psicologia Organizacional e do Trabalho.

[Inscrição: 1657]

**QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO COMO FATOR MOTIVACIONAL:  
ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA FAMILIAR DE PEQUENO PORTE  
DO INTERIOR DE SÃO PAULO**

Santos, Joelma P.<sup>1</sup>(IC); Batista, Saulo V.<sup>1</sup>(O)  
joelmap03@gmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro*

Atualmente, muitas empresas estão aplicando mudanças na sua estrutura organizacional baseando seus conceitos gerenciais nas ferramentas da gestão de pessoas, essas possibilitam identificar o capital humano e demonstrar a sua importância em relação ao desempenho das atividades agregadas ao desenvolvimento das organizações. Porém, é necessário manter esse capital humano motivado e a qualidade de vida no trabalho é considerada o melhor fator motivacional para realizar esse processo de reestruturação. A presente pesquisa tem por objetivo investigar a importância da qualidade de vida no trabalho como fator motivacional em um ambiente empresarial familiar. Procurar identificar quais motivos geram os conflitos entre as pessoas da mesma família e quais medidas corretivas ou prescritivas podem ser utilizadas para solucionar os problemas. Além de ressaltar a importância dos conceitos da gestão de pessoas no processo de desenvolvimento organizacional da empresa familiar. A metodologia utilizada para embasar este trabalho foi a pesquisa exploratória de natureza qualitativa e o uso do instrumento de observação, com a finalidade de estruturar um estudo de caso na empresa familiar de pequeno porte, buscando redirecionar ações de intervenção nos problemas de relacionamento entre pessoas da mesma família, na falta de motivação dos colaboradores e nos fatores que afeta a produtividade e o desenvolvimento organizacional da empresa familiar. Após a coleta dos dados foi possível verificar a necessidade de um plano de motivação e para diminuição do estresse para um bom desenvolvimento e valorização das pessoas dessa organização. Ao final desta pesquisa concluímos o quanto é importante que a alta administração de uma empresa, mesmo pequena e familiar, tenha preocupação com seus funcionários em relação a motivação por meio de um ambiente interno saudável e satisfatório, no qual atenda suas necessidades intrínseca e extrínseca, a fim de realizarem as atividades com o máximo desempenho possível.

**Palavras-chave:** Empresa familiar. Motivação. Qualidade de vida.

[Inscrição: 1947]

---

**Gestão e Cidadania:**

**Empreendedorismo**

---

## A CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DO GESTOR É FATOR PREPONDERANTE NA MOTIVAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Kawano, Fabiacristina B.<sup>1</sup>(PG); Costa, Rosemeire C. D.<sup>1</sup>(PG); Pegoraro, Alexandre A. S.<sup>1</sup>(PG); Malavoglia, Rodrigo C.<sup>1</sup>(O)  
fabia kawano@hotmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro

As transformações pelas quais a área de Recursos Humanos passou, até chegar à atual Gestão de Pessoas, compreendeu objetivos e a fundação dessa área. O objetivo deste estudo é analisar a capacitação profissional do gestor como ferramenta motivacional no ambiente de trabalho frente aos seus colaboradores. Administrar pessoas complexas em organizações complexas é a atual função de Gestão de Pessoas, porém, não há receitas prontas, existem técnicas e padrões que empresas seguem para melhorar tal setor. E dentro desse contexto, existem dois principais tópicos que auxiliam o gestor, que são a liderança e a motivação. O gestor deve ter grande habilidade para lidar com as pessoas, por sua capacitação profissional é importante para as empresas, pois funcionários motivados, produção maior e mais eficaz. A motivação é um impulso que ajuda os funcionários a atingirem os objetivos planejados. Então, pode-se dizer que o Clima Organizacional é um conjunto de propriedades mensuráveis do ambiente de trabalho, direta ou indiretamente pelos indivíduos, que vivem e trabalham neste ambiente e que influenciam a motivação e comportamento dessas pessoas. A metodologia utilizada foi através de um trabalho de pesquisa bibliográfica, descritiva e por meio de aplicação de questionário validado. Os resultados apontam que a maioria recebe dos outros o apoio de que necessita, enquanto que a minoria não recebe esse apoio indispensável do gestor, ou seja, a capacitação profissional desse gestor é uma ferramenta altamente adequada na motivação no ambiente de trabalho. Uma empresa que consegue difundir a prática do método por todas as pessoas é a verdadeira organização do aprendizado.

**Palavras-chave:** Capacitação Profissional. Gestão. Motivação. Ambiente de Trabalho.

[Inscrição: 1811]

## ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ENTRAVES NA GESTÃO DE VAREJO NO SEGMENTO DE VESTUÁRIO: UM COMPARATIVO ENTRE LOJAS VAREJISTAS E FRANQUIAS

Pereira, Larissa G.<sup>1</sup>(G); Lopes, Micheli C.<sup>1</sup>(G); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
laarissa.g@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro/SP*

O sonho de empreender e conquistar o sucesso com o próprio negócio requer uma exploração bem aprofundada dos riscos que um empresário pode ter na hora de administrar sua empresa. Antes de decidir qual rumo seguir, o empresário deve analisar as distintas formas de negócios que podem ser utilizadas. Arriscar e abrir o próprio negócio, ou seguir pelo sistema de franquias, onde é dada oportunidade ao empreendedor, que não é o dono, de se tornar sócio de uma empresa já bem-sucedida. O mundo atual está cada vez mais globalizado e competitivo, os empresários varejistas precisam criar cada vez mais estratégias de mercado para superar as adversidades e vencer a concorrência. O varejo faz parte das atividades de comércio que responde por cerca de 10% do PIB brasileiro, o que o torna de grande importância para a economia brasileira. O objetivo do estudo foi analisar as principais dificuldades enfrentadas por um empresário que atua no ramo de comércio varejista de vestuário (negócio independente) e uma rede de franquias, simultaneamente. Para tanto, utilizou-se metodologia qualitativa e exploratória, mediante um estudo de campo, sendo a coleta de dados realizada através de um questionário semiestruturado, direcionado ao empresário da empresa objeto de estudo. Dentre os resultados obtidos, verificou-se a questão de as franquias necessitarem de maior atenção e apresentar maiores adversidades em relação ao poder de decisão do empreendedor. Já o negócio independente necessita de maior conhecimento na área, abrangendo todos os elementos essenciais para se obter sucesso, como público-alvo e mudanças de mercado, por exemplo. Conclui-se que as duas atividades varejistas possuem dificuldades distintas, porém ficou comprovado no estudo que a falta de autonomia na gestão da franquia seria a dificuldade mais acentuada.

**Palavras-chave:** Franquia. Negócio Independente. Gestão. Dificuldades.

[Inscrição: 1716]

## AS ESTRATÉGIAS PARA COM A GESTÃO DA MÃO DE OBRA NO CENÁRIO DA CONSTRUÇÃO CIVIL: UM ESTUDO EM UMA CONSTRUTORA

Mariano, Ana M. D.<sup>1</sup>(PG); Alves, Hugo <sup>1</sup>(PG); Visonã, Norma A. B.<sup>1</sup>(PG); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)

aninhadmariano@hotmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro

A construção civil constitui uma indústria relevante para o desenvolvimento do país, apresentando um pleno crescimento e disponibilizando uma crescente oferta de número de vagas para mão de obra. Neste contexto, percebe-se certa dificuldade na atração e retenção deste tipo de profissional. O objetivo principal foi verificar quais as dificuldades e estratégias utilizadas por uma empresa do setor da construção civil para a captação e retenção da mão de obra operacional, correlacionando o ponto de vista dos trabalhadores e Setor de Recursos Humanos da empresa objeto de estudo. A empresa utiliza-se como estratégia alguns benefícios, como boa remuneração, plano de saúde, vale alimentação e recebimento de horas extras em folha, demonstrando a importância do colaborador para com a mesma, fazendo com que haja satisfação por parte desses. O trabalho utilizou um método de pesquisa qualitativo, de cunho exploratório, mediante um estudo de campo, sendo a coleta de dados realizada através de questionários semi-estruturados. Observou-se que de ambos os lados as opiniões relacionadas as dificuldades para o seguinte problema possuem em sua maioria uma certa similaridade, porém divergem-se em alguns aspectos. Precisa-se que o gestor tenha um maior contato com esses colaboradores, para entender as dificuldades e necessidades apresentadas em casos específicos. Dentre os principais resultados, ficou evidenciado que a empresa possui dificuldades para encontrar mão de obra operacional qualificada para a atividade. Conclui-se que entre as principais dificuldades encontradas para captar esses talentos, destaca-se a busca do crescimento educacional. Já para as dificuldades na retenção desses colaboradores, destaca-se a alta concorrência de mercado para a área, aumentando a oferta de vagas de trabalho.

**Palavras-chave:** Construção civil. Gestão de pessoas. Mo operacional. Atração e retenção.

[Inscrição: 1933]

## GESTÃO DA MÃO DE OBRA OPERACIONAL: UM ESTUDO DE CAMPO NA ATIVIDADE DE PODA AGRÍCOLA NO INTERIOR DE SÃO PAULO

Colombo, Jose L. C.<sup>1</sup>(PG); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
lucascolombo14@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro/SP*

Dentro do contexto econômico, considerando o cenário atual com o crescimento do setor de prestação de serviço e a importância de ter uma Gestão de Pessoas qualificada, a atividade de poda agrícola é algo que vem ganhando espaço, mas, apresenta dificuldades para com escassez da mão de obra operacional na gestão organizacional. O presente artigo teve como objetivo verificar as principais dificuldades que uma empresa encontra na gestão da mão de obra operacional, verificando seu impacto com o planejamento das atividades na prestação do serviço. O estudo fez uso da pesquisa qualitativa, exploratória e estudo de campo, mediante uma coleta de dados, sendo direcionado um questionário semiestruturado ao gestor em uma empresa de poda no ramo agrícola no interior de São Paulo na região de Bebedouro. Dentre os principais resultados alcançados foram identificados as principais falhas e dificuldades em empregar a mão de obra operacional é a escassez para encontrar pessoas capacitadas e com experiência nesse ramo. Concluiu-se que a empresa tem uma ampla e detalhada visão sobre a importância da gestão de pessoas e sua mão de obra operacional. A partir dos resultados coletados, pode-se concluir que a empresa analisada tem consciência da importância do recurso humano para um ambiente estável de trabalho e encontrar mão de obra qualificada para com a atividade específica da empresa representa a maior dificuldade na gestão de pessoas. Em contrapartida, por se tratar de uma empresa considerada de pequeno porte e familiar, o companheirismo representa a essência da estratégia para contornar tamanha dificuldade.

**Palavras-chave:** Poda agrícola. Mão de obra operacional. Gestão de pessoa.

[Inscrição: 1667]

## GESTÃO ESTRATEGICA: COMPARAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA – O CASO BRASIL FOODS

Varrichi, Bianca A.<sup>1</sup>(PG); Malavoglia, Rodrigo C.<sup>2</sup>(O)  
bianca.abvarrichi@yahoo.com.br

<sup>1</sup>IMESB; <sup>2</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro

O presente artigo discorre sobre o planejamento estratégico que se trata de um processo de análise de uma empresa sob diversos ângulos, direcionando seus rumos e monitorando suas ações de forma concreta. O objetivo deste trabalho é analisar o planejamento estratégico da BR Foods, BRF, e comparar com outras empresas. O método de investigação qualitativa foi o utilizado para os fins do presente trabalho, sendo que para isso lançou-se mão da pesquisa exploratória compreendida pela pesquisa bibliográfica e documental. Após a seleção de toda bibliografia, procedeu-se a organização, leitura crítica e análise do material recolhido a fim de elencar todos os pontos com consistência científica. O modelo de gestão adotado pela BRF em sua atuação global adequa processos e produtos aos diferentes perfis e hábitos dos consumidores, respeitando as tradições culturais dos locais onde a Companhia atua. Esse modelo de gestão conta com um conjunto de ações internas baseadas nos pilares de qualidade, meritocracia, racionalização de custos, crescimento sustentável e a busca incessante pela eficiência. Com uma atuação cada vez mais sustentável, seja por investimentos em pesquisa e inovação, pelo impacto que causa nas comunidades onde se atua ou, ainda, pelo estímulo a uma vida em equilíbrio, imprimindo hábitos cada vez mais positivos na vida das pessoas. Sustenta as mudanças que a empresa busca ver no mundo unindo práticas sustentáveis e internacionalmente reconhecidas com inovação em produtos e processos. Assim, pode-se inferir e concluir que a implantação do planejamento estratégico guia a organização e promove mudanças estruturais em uma empresa, tais como: mudanças culturais, tecnológicas e filosóficas, como estudado no caso da BR Foods, levando a mesma a uma melhor adequação às modificações impostas pelo ambiente, de modo a provocarem a adoção de estratégias que possam levá-la a atingir seus resultados de forma organizada.

**Palavras-chave:** Planejamento estratégico. Estratégia. Mecanismo.

[Inscrição: 1980]

## GOVERNANÇA CORPORATIVA: UMA FERRAMENTA DE AUXÍLIO NO PROCESSO SUCESSÓRIO EM EMPRESAS DE GESTÃO FAMILIAR

Masalskiene, Laura J. A.<sup>1</sup>(PG); Nery, Maria E. A.<sup>1</sup>(PG); Francisqueti, Paula R. D. L.<sup>1</sup>(PG); Oliveira, Juliana L. D.<sup>1</sup>(O)  
laurajanibal@gmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE

Com o expressivo número de empresas familiares e o seu contínuo crescimento, surge a necessidade da profissionalização da gestão para garantir a perpetuidade, uma vez que condições econômicas e de mercado favoráveis não são os únicos fatores capazes de garantir o futuro do negócio. Assim, o despreparo dos herdeiros, na maioria dos casos de sucessão familiar, traz à tona a necessidade da aplicação de uma ferramenta de gestão para auxiliar no processo de continuidade do negócio, ferramenta esta que é traduzida em processos disciplinados que culminem em uma boa sucessão da gestão. Tem-se que Governança Corporativa ao ser considerada como um sistema de gestão que prioriza transparência dos negócios, redução de riscos e agregação de valor às empresas, possui mecanismos que podem auxiliar na boa gestão dos negócios familiares com vistas à sua continuidade. Dessa forma, o objetivo do trabalho foi apontar como a Governança Corporativa pode auxiliar no processo sucessório das empresas familiares pela demonstração de seus mecanismos aliados às habilidades que precisam ser desenvolvidas no processo sucessório, de maneira que haja um planejamento eficaz em relação à mudança de comando e, com isso, seja alcançado o êxito da empresa. Para tanto, foi utilizada uma abordagem qualitativa, com realização de pesquisa bibliográfica para levantamento de estudos que tratam sobre o tema em questão. Os resultados da pesquisa evidenciam que há falta de planejamento e gestão nas empresas familiares. Assim, conclui-se pelo estudo realizado que os proprietários desse tipo de empresa não possuem habilidades de gestão, o que compromete a continuidade da empresa. Tal situação pode ser melhorada pela implementação do processo de Governança Corporativa nas empresas familiares, já que este modelo tem como característica integrar de forma harmoniosa o sistema familiar, social e empresarial, e que se utilizado de forma adequada tende a contribuir para o sucesso da organização.

**Palavras-chave:** Governança Corporativa. Sucessão familiar. Planejamento Sucessório.

[Inscrição: 1853]

## OS IMPACTOS DA CONVIVÊNCIA NO TRABALHO PARA COM A PRODUTIVIDADE DA EQUIPE: UM ESTUDO NO RAMO AGRÍCOLA

Minto, Heloisa F. D. O.<sup>1</sup>(PG); Mintoneto, Jose <sup>1</sup>(PG); Fernandes, Liliane S.<sup>1</sup>(PG);  
Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
fariahelo@gmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE*

Dada grande competitividade do mercado de trabalho e o atual momento de turbulência e desconfiança em que estamos vivendo, político e economicamente falando, pode-se destacar que o bom relacionamento e a boa convivência dos colaboradores dentro de uma equipe de trabalho é algo de grande importância para com a produtividade empresarial. O objetivo do trabalho foi verificar como que os impactos, decorrentes de conflitos da convivência no ambiente de trabalho, afetam a produtividade da equipe de trabalho de campo, especificamente no ramo de colheita de laranja, em uma empresa do setor de citros. O trabalho fez uso do método de pesquisa qualitativo, mediante estudo exploratório, através de estudo de campo, utilizando como instrumento de coleta de dados questionários semi-estruturados. Dentre os principais resultados, após entrevistas realizadas com pessoas do sexo masculino e feminino, foi evidenciado que ocorreram conflitos na maioria das equipes de trabalho analisadas de forma significativa, tendo os envolvidos conhecimento sobre o ocorrido. No entanto, foi relatado que esses conflitos não acontecem de forma contínua e sim às vezes em sua grande maioria. Concluiu-se que dentre os fatores que mais contribuem para a ocorrência de conflitos destaca-se: falta de educação em falar, brincadeiras de "mal gosto" e falta de união para manter a meta diária. A maioria dos entrevistados não tiveram conhecimento referente a perda de serviços dos envolvidos devido a esses conflitos, e a grande maioria dos entrevistados acreditam que poderia ser feito algo para reduzir os conflitos, sendo exigido dos envolvidos mais educação e diálogo entre os próprios colhedores e os encarregados das turmas. A maioria dos entrevistados confirmou que esses conflitos de convivência afetam a produtividade da equipe, destacaram-se algumas sugestões para redução desses conflitos: melhoria do nível de escolaridade, mais união e mais diálogo entre os colaboradores envolvidos com a colheita.

**Palavras-chave:** Convivência. Conflitos. Colhedores de Citros. Produtividade.

[Inscrição: 1963]

---

**Gestão e Cidadania:**

**Marketing**

---

## IMPACTOS DO RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE NA DECISÃO DE COMPRA DO CONSUMIDOR FINAL: UM ESTUDO NO RAMO DE COSMÉTICOS.

Galvão, Vanessa R.<sup>1</sup>(G); Bacocina, Silvia R.<sup>1</sup>(G); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
vanessa.galvao@outlook.com.br  
<sup>1</sup>*Centro Universitário Unifafibe*

As empresas socialmente responsáveis promovem medidas verdadeiras e transparentes, com o objetivo de demonstrar os seus atos sustentáveis, expondo, dessa maneira, sua relação de comprometimento com o ecossistema e perante a sociedade. Neste contexto, fazem uso de demonstrativos como o Balanço Social, no qual são divulgadas suas práticas sustentáveis e assim, possam destacar a sua marca e os seus produtos junto ao mercado consumidor. O objetivo principal do trabalho foi analisar quais os impactos dos relatórios de sustentabilidade, de caráter socioambiental, na decisão de compra do consumidor final frente às empresas atuantes no ramo de cosméticos. Para tanto, o presente estudo fez uso dos métodos qualitativo e quantitativo, de cunho descritivo, através de um estudo de campo. A coleta dos dados ocorreu através da aplicação de questionários semiestruturados, direcionados a uma amostra de 40 estudantes do curso de Ciências Contábeis de um Centro Universitário, localizado na região de Bebedouro/SP. Os resultados obtidos apontam que o fator socioambiental é de grande importância na percepção dos indivíduos pesquisados. No entanto, parte significativa da amostra, em sua decisão final de compras, acaba optando por empresas que tenham preços acessíveis e melhor qualidade. Concluiu-se que, para os clientes das empresas pesquisadas, a afirmativa de que comprariam mais produtos de empresas que desenvolvem e implementam ações socioambientais, contradiz, em parte com o resultado das respostas citando que os principais fatores que os levam à escolha da marca é a relação custo/benefício entre preço e qualidade. Verificou-se, ainda, que a grande maioria dos pesquisados consomem produtos das empresas analisadas, porém, não possui conhecimentos sobre suas práticas socioambientais. Importante relatar que a pesquisa limitou-se a uma amostra específica e outros estudos, mais aprofundados e com amostras maiores, são de grande importância para certificação da consistência dos dados obtidos.

**Palavras-chave:** Setor de Cosméticos. Relatório de Sustentabilidade. Clientes. Impactos.

[Inscrição: 1697]

*Revista EPeQ Fafibe*, Bebedouro SP, 7(1): 197-268, 2016.

## MÉTODOS PARA DIVULGAÇÃO: CANAIS DE COMUNICAÇÃO E ACEITAÇÃO DE UMA MARCA.

Casavaro, Gislene S.<sup>1</sup>(PG); Jardim, Jaqueline S. F.<sup>2</sup>(PG); Silva, Rafaela R.<sup>2</sup>(PG);  
Malavoglia, Rodrigo<sup>2</sup>(O)  
line\_jardim@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIRP, São José do Rio Preto/SP;* <sup>2</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro/SP*

O surgimento de uma marca, assim como sua inserção e divulgação, requer técnicas e métodos de marketing para auxiliar a organização a construir e estabelecer-se no mercado de trabalho cada dia mais competitivo e acirrado. Diante disto, este trabalho tem como objetivo inserir uma marca de roupas *fitness* de uma fábrica localizada em uma cidade do interior do estado de São Paulo, com o intuito de alavancar e expandir sua produção, utilizando técnicas e métodos de Marketing, através de um estudo de caso feito diante as necessidades levantadas, juntamente com a gestora da empresa, através de uma entrevista com perguntas previamente elaboradas e abertas. Com o levantamento das informações, foi mostrada desde a capacidade de produção até abrangência que a empresa tem como objetivo atingir. Identificou-se uma grande aceitação local na maioria dos produtos fabricados, destacando a qualidade, popularidade e o preço acessível. Através dessas informações, as técnicas de marketing iniciais mais viáveis seriam a divulgação através das redes sociais mais acessadas, tais como Facebook, Instagram e WhatsApp, a criação de site, onde serão exposto todos os produtos fabricados, e por meio deste, realizar a venda; a participação em evento esportivos, patrocinando o uniforme dos atletas e a contratação de representantes de vendas, distribuídos em várias cidades próximas da localidade da fábrica. Devido ao recurso financeiro destinado a propaganda e divulgação ser limitado, a gestora da empresa se certificou de imediato, que a aplicação das técnicas citadas acima, é as mais possíveis para a maximização das vendas e do lucro visado pela empresa.

**Palavras-chave:** Marketing. Clientes. Técnicas. Aceitação. Marca.

[Inscrição: 2022]

## MÍDIAS SOCIAIS COMO INSTRUMENTO NO DESCARTE SUSTENTÁVEL DE PRODUTOS: UM ESTUDO NETNOGRÁFICO

Occaso, Bruna A.<sup>1</sup>(G); Silva, Tamizi H.<sup>1</sup>(G); Lima, Gustavo B.<sup>1</sup>(O)  
brunaoccaso@gmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE

A nova economia trouxe consigo, um “encurtamento de distâncias” com o advento da internet, assim como um incremento significativo da produção e do consumismo. Tal fato proporcionou que os produtos se tornassem obsoletos e sem utilidade de maneira mais rápida, o que culminou com o descarte dos mesmos e de seus resíduos no ambiente. Dessa forma o objetivo central da presente pesquisa visa investigar e compreender, por meio de um estudo netnográfico, como ocorre o descarte (uma das etapas do processo de compra) de produtos em redes sociais, possibilitando o reuso e o consumo ambiental e socialmente responsável. Para isso foi realizada uma pesquisa netnográfica na página *Alpha* situada na rede social *Facebook*. Foram analisados dados como motivações do descarte, número de fãs, frequência das postagens bem como comentários realizados pelos consumidores. Como principais resultados, pôde-se constatar que está surgindo uma nova cultura de consumo e que o comportamento de consumidores vem se alterando frente a essa nova economia, na qual aqueles estão se tornando mais conscientes dos impactos que o descarte irresponsável de produtos pode ocasionar ao ambiente e à sociedade. Por isso, estes mesmos consumidores se reúnem na rede social, criam páginas, para que o descarte de resíduos e de produtos possa ser realizado de forma sustentável. Dessa forma, pode-se inferir que esta nova forma de descarte (tendo como instrumento as mídias sociais digitais) tende a crescer, pois o uso das redes sociais tem sido usado, cada vez mais, por indivíduos/consumidores conectados e conscientes da preservação do meio ambiente.

**Palavras-chave:** Comportamento do Consumidor. Mídias Sociais. Netnografia.

[Inscrição: 1751]

## SATISFAÇÃO DO CONSUMIDOR COM O E-COMMERCE: UM ESTUDO DESCRITIVO

Aguilera, Letícia C.<sup>1</sup>(PG); Carvalho, Rafaela P.<sup>1</sup>(PG); Oliveira, João P. L.<sup>1</sup>(O)  
leticia.aguilera@outlook.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE*

Em face dos estudos aplicados sobre o atual cenário econômico, surgiu o interesse em estudar a satisfação do consumidor diante da atuação do e-commerce. O objetivo desse estudo consiste em detectar quais os entraves de relacionamento entre as empresas atuantes do e-commerce e os consumidores. Considerando que esse ramo de atividade se desenvolveu em grandes proporções, é de extrema importância investigar qual a dificuldade que o comércio eletrônico tem em se relacionar com o consumidor. Desse modo foi aplicada uma pesquisa descritiva de cunho quantitativo por meio de um questionário estruturado, com estudantes de pós-graduação de uma universidade particular na cidade de Bebedouro- SP com o propósito de compreender qual o nível de satisfação do consumidor em relação ao e-commerce. Os dados coletados correspondem a uma amostra de 85 (oitenta cinco) mulheres e 91 (noventa e um) homens, em que mediante a pesquisa aplicada foi possível identificar quais os níveis de satisfação do consumidor, por meio de escala 1 a 5 sendo 1 "Insatisfeito" e 5 "Muito Satisfeito" . O quesito mais satisfatório com 50,29% foi variedade de produtos/serviços, e o pior avaliado com 19,88% foi o atendimento. Nota-se por meio destes resultados que o este é o maior entrave de relacionamento que as empresas deste segmento possuem. Para que os problemas de relacionamentos sejam sanados é importante a utilização de mecanismos que auxiliem no gerenciamento do relacionamento entre empresa e consumidor e ao fazer isso à empresa passa a se destacar perante os concorrentes. Diante todo o contexto exposto por esta pesquisa conclui-se que, que os clientes buscam no e-commerce, alternativas para suprir suas necessidades de maneira rápida, segura e satisfatória. Satisfazer é ir além de oferecer apenas bons produtos, é criar métodos de aproximação com os clientes antes, durante e após o processo de compra.

**Palavras-chave:** E-commerce. Relacionamento. Satisfação do Consumidor.

[Inscrição: 1621]

## TÉCNICAS DE NEGOCIAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO APLICADO AO SETOR BANCÁRIO

Rodrigues, Deise C.<sup>1</sup>(PG); Souza, Juliana S. A. . D.<sup>1</sup>(PG); Filho, Milton L. D. S.<sup>1</sup>(PG);  
Senna, Tiago F.<sup>1</sup>(PG); Oliveira, João P. L. D.<sup>1</sup>(O)

miltinho\_silva@yahoo.com.br

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE*

A nova economia tem impactado diretamente em organizações, sejam bancárias ou não isso veio provocando uma adaptação rápida e uma adequação no perfil dos profissionais que lidam com negociações. Nesta perspectiva, busca-se, como problemática, responder: diante da crescente competição bancária, qual seria o melhor perfil de um profissional que se posicione frente aos desafios deste contexto, buscando dirimi-los, vestido do papel de negociador. Nesta perspectiva, tem-se como objetivo geral construir uma reflexão pautada em tracejar o perfil do negociar, dentro do universo bancário. A presente pesquisa trata de um estudo de caso de caráter qualitativo realizado em três agências bancárias localizadas no interior do Estado de São Paulo. Foi conduzida uma investigação sobre negociação no setor bancário a fim de identificar o perfil de um bom negociador e verificar qual foi o comportamento dos resultados após o uso de técnicas de negociação das agências envolvidas. Para tal, realizou-se uma pesquisa bibliográfica abordando os principais conceitos técnicos e ferramentas da negociação. Os dados foram obtidos através de entrevistas com os gestores das agências e as entrevistas foram norteadas por um questionário previamente confeccionado, para analisar qual o melhor perfil de um bom negociador entre as agências. Os resultados do estudo mostraram que um bom negociador deve ser hábil, comunicativo, persistente, bom ouvinte e, principalmente, analítico, confiante e paciente, e que após o uso de técnicas de negociação a empresa no trimestre (junho, julho e agosto) superou as metas estabelecidas. Conclui-se que a pesquisa conseguiu agregar valor à literatura e para os negócios da empresa, na medida em que trouxe um perfil adequado a ser desenvolvido para este seguimento organizacional.

**Palavras-chave:** Negociação. Técnicas. Estudo de Caso.

[Inscrição: 1845]

**USO DA TÉCNICA CLIENTE OCULTO COMO FERRAMENTA PARA  
AVALIAÇÃO E MELHORIA DO ATENDIMENTO AO CLIENTE: UM ESTUDO  
DE CASO NO VAREJO.**

Ruis, Akssa L.<sup>1</sup>(G); Silva, Raquel B. D. S.<sup>1</sup>(G); Moleiro, Andre A. D.<sup>1</sup>(O)  
akssalanuza@gmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitario da Fundação Educacional de Barretos - UNIFEB*

O atendimento é o maior diferencial de uma loja e o mesmo garante a fidelização dos clientes. O objetivo principal do trabalho foi analisar como é o atendimento de lojas varejistas na cidade de Olímpia, estado de São Paulo. Foi utilizada a metodologia de Cliente Oculto, onde foi aplicado um questionário qualitativo avaliando requisitos como layout interno e externo da loja, disposição dos produtos, posicionamento dos atendentes, qualidade no atendimento, entre outros. O trabalho foi aplicado em dez lojas que atendem a todo tipo de público, desde a classe A até a classe D. A escolha do local, foi motivada devido ao destaque da cidade que já é considerada um dos pólos turísticos mais importantes do Estado de São Paulo, recebendo mais de 1 milhão e quinhentos mil turistas por ano. A atividade turística ganhou destaque com a expansão do Clube Thermas dos Laranjais que foi considerado em 2014 como o 5º parque aquático mais visitado do mundo, graças às suas águas termais e uma grande variedade de atrativos e brinquedos que encantam os turistas. A cidade também é conhecida como “Capital do Folclore” e desde 1964 realiza anualmente o “Festival Nacional de Folclore” na Praça de Atividades Folclóricas. A técnica de cliente oculto é muito utilizada. Nesta, o cliente misterioso avalia desde o processo de compra ou experimentação de serviço simulado. O profissional é treinado para se passar de cliente e observar como é o atendimento, layout, posicionamento dos funcionários diante a movimentação da loja. Após o término das pesquisas obtivemos resultados que trouxeram com maior clareza como é o atendimento no comércio de lojas varejistas na cidade de Olímpia.

**Palavras-chave:** Cliente-oculto. Atendimento. Qualidade. Varejo. Avaliação.

[Inscrição: 2049]

---

**Gestão e Cidadania:**

**Políticas Públicas e Direitos Humanos**

---

## ESTUPRO MARITAL: O CÔNJUGE COMO SUJEITO ATIVO DOS CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Evangelista, Fábila D. S.<sup>1</sup>(G); Câmara, Natiele P.<sup>1</sup>(G); Domingos, Rafael F.<sup>2</sup>(O)  
fabia\_denise@hotmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE; <sup>2</sup> Faculdade de Direito Damásio de Jesus

Ao longo da história, a sexualidade humana sempre foi um dos assuntos mais interessantes e polêmicos. Do mesmo modo é a violência sexual, muito presente no meio social e que afronta gravemente a dignidade da pessoa humana. Dessa maneira, busca-se com este trabalho, analisar o tipo penal do estupro, mais especificamente quando ocorrido no ambiente matrimonial, o que se pode denominar estupro marital. Pretende-se discorrer a respeito da possibilidade do marido figurar no polo ativo deste crime praticado contra a própria esposa, possuindo por base o direito que o cônjuge detém de não se sujeitar ao companheiro à prática sexual indesejada. Sabe-se que muitas das mulheres não denunciam esse tipo de agressão, acreditando que o sexo no casamento é uma obrigação, um débito conjugal, e, por temerem consequências piores, deixam de usar de sua liberdade sexual e seu direito de escolha. O crime de estupro está tipificado no artigo 213 do Código Penal sujeitando o infrator a uma pena de seis a dez anos de reclusão, desde que este constranja a vítima à conjunção carnal ou a praticar ou permitir que pratique outro ato libidinoso, mediante violência ou grave ameaça. Partindo disso, pode-se dizer que configura estupro a relação sexual em que a mulher tenha sido violentamente forçada a praticar, inclusive no casamento. A relação sexual existente dentro do matrimônio deve ser espontânea e por anuência de ambas as partes, não restrita a um dever matrimonial. Portanto, obrigar a esposa a tal constrangimento é inadmissível em um Estado Democrático de Direito que tutela, sobretudo, a dignidade e liberdade da pessoa humana, devendo dessa forma o Estado garantir o mínimo de proteção à mulher, já que a liberdade sexual é um direito inviolável.

**Palavras-chave:** Estupro Marital. Liberdade Sexual. Dignidade da Pessoa Humana. Punição.

[Inscrição: 1856]

## A DIFICULDADE DE ACESSO À JUSTIÇA NA TENTATIVA DE USO DA MACONHA PARA FINS MEDICINAIS NO BRASIL.

Almeida, Caio C. D.<sup>1</sup>(IC); Carvalho, N. C. B.<sup>1</sup>(O)  
caiodom1@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE*

O presente trabalho tem por objetivo mostrar a realidade de brasileiros que eventualmente possam necessitar de remédios à base de maconha medicinal para tratar algumas doenças que são incuráveis, como algumas espécies raras e graves de epilepsia. Como se sabe, a epilepsia é uma doença convulsiva que, quando se deriva em uma de suas formas mais graves, como na Síndrome de Dravet, que pode causar centenas de convulsões por semana no adoentado. Até o momento, pesquisas internacionais e nacionais descobriram um tipo de remédio capaz de contê-las, e, em alguns casos, até mesmo exterminá-las, e estes medicamentos são a base de maconha medicinal rica em Canabidiol (CBD) e/ou THC. As pesquisas são tão concretas, e os casos tão decorrentes no Brasil, que após um ativismo judicial iniciado há alguns anos pelos tribunais superiores, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) não viu alternativa a não ser descriminalizar o CBD e o THC, substâncias presentes na planta da Cannabis Sativa, popularmente conhecida como maconha. Assim, embora o consumo pessoal da droga ainda seja criminalizado, o uso de dois de seus derivados passou a ser controlado através da resolução Resolução RDC 17, de 6 de maio de 2015, de modo que esses remédios podem hoje ser receitados por médicos especialistas, desde que comprovado que todas as outras formas de tratamento restaram infrutíferas. O problema que surge, contudo, é que esses medicamentos não são produzidos no Brasil, visto que a produção de maconha é criminalizada, e precisam necessariamente ser importados, gerando elevadíssimos custos para sua utilização. Nesse sentido, quem deveria arcar com os gastos: o cidadão ou o Estado? É nesse prisma que se inicia o debate a respeito da dificuldade de acesso à justiça, direito fundamental, na tentativa de uso da maconha para fins medicinais no Brasil.

**Palavras-chave:** Maconha Medicinal. Importação. CBD. THC. Acesso à Justiça.

[Inscrição: 1755]

## A COMPLEXIDADE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO: UM ENFOQUE NO PIS CUMULATIVO E NÃO CUMULATIVO

Junior, Paulo R. B.<sup>1</sup>(G); Carizio, Sérgio L. B.<sup>1</sup>(O)

junimbaldo@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário Unifafibe*

As Contribuições Sociais para o PIS/PASEP, inclusive a COFINS, são responsáveis por grande parte da arrecadação da União, elevando ainda mais a carga tributária no Brasil, sendo duas as principais modalidades de contribuição para o PIS/PASEP: sobre o faturamento e sobre a folha de pagamento, ao mesmo tempo em que a COFINS incide apenas sobre a receita bruta auferida. Há dois os regimes de apuração para o PIS/PASEP e COFINS: o regime cumulativo e o regime não cumulativo, em que empresas do Lucro Real estariam obrigadas ao Regime Não Cumulativo de PIS/PASEP e COFINS, com direito a crédito na aquisição de insumos, enquanto que as empresas do Lucro Presumido estariam obrigadas ao Regime Cumulativo. Porém, existem exceções, pois, de acordo com a Lei 10.833/2003, em seu artigo 10º, existem atividades empresariais que, mesmo a empresa estiver enquadrada no Lucro Real, são obrigadas a apurar o PIS/PASEP e COFINS pelo regime Cumulativo e isto torna ainda mais complexa, em razão da ausência de sistematicidade da regulamentação dessas contribuições, assim como falta de clareza. Este trabalho aborda a complexidade do sistema tributário brasileiro, enfocando no PIS/PASEP e COFINS cumulativo e não cumulativo. Esta pesquisa pode ser classificada como sendo descritiva quantitativa e o método utilizado foi uma pesquisa bibliográfica, cujos dados foram coletados em artigos extraídos da internet. Os resultados mostraram que realmente as contribuições ao PIS/PASEP e a COFINS, da forma como se apresentam, atualmente, geram inúmeras dificuldades aos contribuintes, uma vez que estes contribuintes se deparam com emaranhado de normas e legislações, sem clareza nas informações, dificultando a interpretação. Conclui-se, portanto, que este assunto é extremamente complexo, que exige dos profissionais da área contábil/fiscal um aperfeiçoamento contínuo de seus conhecimentos.

**Palavras-chave:** Contribuições Sociais. PIS/Cofins. Cumulatividade. Não Cumulatividade. Complexidade.

[Inscrição: 1724]

## A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA PENSÃO POR MORTE EM CONCUBINATOS DE LONGA DURAÇÃO

Câmara, Natiele P.<sup>1</sup>(G); Evangelista, Fábila D. S.<sup>1</sup>(G); Mabtum, Matheus M.<sup>2</sup>(O)  
natiele\_camara@hotmail.com

<sup>1</sup>Centro Universitário UNIFAFIBE, Bebedouro/SP; <sup>2</sup>UNESP, Franca/SP

A pensão por morte é um dos benefícios tutelados pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, provento este que é pago aos dependentes do indivíduo que possuir a qualidade de segurado e que vier a óbito, ou, se desaparecido, tiver a declaração judicial da sua morte presumida. O escopo deste benefício é a manutenção econômica da família a qual pertencia o referido segurado, para que assim o mínimo existencial lhes seja garantido, conferindo-lhes, portanto, a chance de subsistir. Pautando-se em uma visão constitucional e fática é que se diz que a pensão por morte pode ser concedida em concubinatos de longa duração, ainda que estes não sejam derivados de uma separação de fato. Os concubinatos, de acordo com o texto legalista e ultrapassado, são os relacionamentos que surgem entre as pessoas impedidas de casar, como, por exemplo, aqueles que se erguem quando pelo menos um dos sujeitos já é casado. Contudo, a finalidade do Direito não pode e nem deve ser a de engessar a vida, ou pior, subtraí-la, a sua tarefa é abarcar ou ao menos tentar tutelar todas as situações de fato que possam existir. Ora, se a Constituição Federal apregoou a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito para que injustiças como estas sejam tolhidas, o fato é que o ordenamento jurídico sequer pode considerar a possibilidade de deixar estes sujeitos desamparados, ao passo que estas uniões sejam derivadas da afetividade, sejam duradouras, públicas e possuam estabilidade, a elas devem ser conferidos todos os direitos que possam emanar de uma união estável, uma vez que só assim ter-se-á um Estado justo, igualitário e humano.

**Palavras-chave:** Pensão por Morte. Concubinato. Dignidade da Pessoa Humana.

[Inscrição: 1819]

## A EFICÁCIA DAS AÇÕES AFIRMATIVAS NO COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E EFETIVAÇÃO DO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IGUALDADE

Catalani, Kaique H. G.<sup>1</sup>(IC); Oliveira, Sabrina U. F.<sup>1</sup>(IC); Lopes, Carlos E. P.<sup>1</sup>(O)  
kaique.katalani@outlook.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE*

O presente trabalho objetiva abordar os remédios tendentes a combater a discriminação no Brasil, dando ênfase, todavia, às ações afirmativas, buscando comprovar sua efetividade na garantia ao princípio da igualdade. Ações afirmativas são políticas voltadas a pessoas pertencentes a grupos discriminados, sendo medida de combate às discriminações étnicas, raciais, religiosas ou de gênero, aumentando a participação destas minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego e no reconhecimento cultural. Para demonstrar a efetividade das ações afirmativas, serão abordados de forma crítica alguns mecanismos legislativos responsáveis por mudanças consideráveis nesse cenário discriminatório, tecendo considerações sobre os conceitos de diversidade, preconceito e igualdade. Serão indicadas as responsabilidades do Estado no combate à discriminação e garantia da igualdade, para que esta não seja mera retórica, mas que cada brasileiro possa exercê-la de forma plena. A história do Brasil, como se sabe, é repleta de momentos marcados pelo preconceito e discriminação, e embora o mesmo seja um país de população notoriamente miscigenada, ainda traz em seu enredo a divisão dos povos, sendo considerado um dos países mais racistas e o mais homofóbico do mundo, o que demonstra a necessidade de ações estatais que visem uma potencial diminuição e/ou combate do preconceito, a fim de tutelar a aplicação dos direitos fundamentais. Assim, as minorias buscam sua inserção e aceitação na sociedade através de atividades particulares, pois o Estado, que deveria ser o garantidor da igualdade, muitas vezes resta omissivo, o que embasa mais a intolerância ante as diferenças. A análise dos materiais bibliográficos, baseados, sobretudo, na história da humanidade e na legislação brasileira e internacional demonstra, com muita clareza, o dever do Estado de promover a igualdade, tomando medidas efetivas no combate à discriminação, identificando-se, nesse aspecto, a eficácia das Ações Afirmativas, concretizando o princípio constitucional da igualdade.

**Palavras-chave:** Discriminação. Ações Afirmativas. Princípio da Igualdade. Direitos Humanos. Minorias.

[Inscrição: 1913]

*Revista EPeQ Fafibe*, Bebedouro SP, 7(1): 197-268, 2016.

## A OMISSÃO DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO EM RELAÇÃO AO DIREITO DE ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS

Gaspar, Cristiano C.<sup>1</sup>(IC); Costa, C. S.<sup>1</sup>(O)  
cristiangasp@gmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE*

A família constitucionalmente é base de nossa sociedade e digna de toda proteção, sendo obvio o direito de toda pessoa ao convívio familiar. Porém há atualmente mais de 44 mil crianças, por inúmeras razões, geralmente pelo abandono de suas famílias, amontoadas em abrigos, comumente inadequados, sonhando com a possibilidade de terem uma família. Disputando com essa realidade temos inúmeros casais homoafetivos que após longo e inacabado processo de superação do preconceito assumiram publicamente suas duradouras relações afetivas, inclusive com reconhecimento judicial. Sendo natural que esses casais, apesar de todas as adversidades, busquem a felicidade e a realização de seus sonhos, o que para muitos é a estruturação de uma família com a presença de filhos. A adoção é a oportunidade de interligar essas duas realidades, que nesse caso ainda carece de aceitação social e gera incertezas de como o direito deve tratá-la. O objetivo central deste trabalho é elencar os argumentos jurídicos e sociais favoráveis ao direito de adotar dos casais homoafetivos, expondo a posição do ordenamento jurídico e jurisprudencial quanto à discriminação em função da identidade sexual e o conceito de família. Para tanto, utilizou-se a pesquisa doutrinária e jurisprudencial, a análise da legislação nacional e de acordos internacionais, consultas a reportagens e pesquisas pertinentes. Concluindo assim incabível o indeferimento do pedido de adoção efetuado por casais homoafetivos, pois tanto legalmente, doutrinariamente e jurisprudencialmente inexistem restrições ao direito de adotar quanto a sexualidade dos pais, sendo o maior obstáculo no sentido de permitir tal prática a própria omissão do ordenamento jurídico. Sendo infirmados todos os motivos psicológicos e sociais alegados para a negação ao direito, pois a sexualidade é, conforme pesquisas científicas, resultado mais de fatores biológicos do que ambientais, e a homossexualidade atualmente perante uma grande parte da sociedade não é mais encarada negativamente ou como doença.

**Palavras-chave:** Adoção. Casais Homoafetivos. Identidade Sexual. Família. Homossexualidade.

[Inscrição: 1917]

## ANÁLISE DAS TUTELAS PROVISÓRIAS DE URGÊNCIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E A EFETIVIDADE DOS PRINCÍPIOS DA CELERIDADE PROCESSUAL E SEGURANÇA JURÍDICA

Oliveira, Sabrina U. F.<sup>1</sup>(G); Catalani, Kaique H. G.<sup>1</sup>(G); Bernardes, Joana C. P.<sup>1</sup>(O)  
sabrinauliana@hotmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE

O objetivo deste trabalho é mostrar as novas vertentes da Tutela Provisória de Urgência do Novo Código de Processo Civil, sob a ótica dos princípios da celeridade processual e segurança jurídica. A lentidão do Poder Judiciário é uma das mais frequentes reclamações do jurisdicionado, haja vista que se depara com uma infinidade de ações propostas. Assim, é necessário utilizar-se dessa técnica processual para possibilitar a entrega mais rápida da proteção dos direitos pretendidos. As tutelas jurisdicionais provisórias são tutelas não definitivas, que são concedidas pelo Poder Judiciário em juízo de cognição sumária, que exige necessária confirmação posterior, através de sentença, proferida mediante cognição exauriente. O objetivo específico é analisar se o legislador conseguiu resolver o problema da sistematização das tutelas de urgência, bem como aferir se o anseio dos cidadãos por um processo judicial mais célere foi finalmente alcançado, com a possível criação de novos mecanismos processuais que a propiciem. Procura-se também analisar se estaria a segurança jurídica prejudicada pela adoção de um Processo Civil que vise à celeridade processual. Por isso o presente trabalho traz consigo a grande importância de se analisar minuciosamente as tutelas de urgência assim como a fungibilidade entre elas, para então evitar uma insegurança processual. Portanto, fica demonstrado no referido trabalho a importância da atenção dos operadores do direito, como juristas, advogados, membros do Ministério Público e magistrados para que a tutela venha ser usada não só para a desejada celeridade processual, mas sim trazer segurança jurídica no processo e em cada caso a sua verdadeira necessidade. Com isso evidencia-se, no presente trabalho, as principais questões atinentes às tutelas de urgência, concluindo que as alterações trazidas pelo Novo Código de Processo Civil garantem efetivamente a celeridade processual, preservando a segurança jurídica, bem como os interesses das partes do processo.

**Palavras-chave:** Tutelas de Urgência. Segurança na Tutela Provisória. Celeridade Processual.

[Inscrição: 1833]

**AS NOVAS POLITICAS PUBLICAS DE EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS  
FUNDAMENTAIS E A CONTRIBUIÇÃO DA SOCIEDADE NA  
CONSTRUÇÃO DA SUPREMACIA CONSTITUCIONAL E NA PROMOÇÃO  
DA JUSTIÇA SOCIAL**

Domingues, Euler S.<sup>1</sup>(PG); Silveira Filho, Mário M.<sup>2</sup>(O)

eulersd@gmail.com

<sup>1</sup>PUC-MG; <sup>2</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE

O presente trabalho discorre sobre as novas políticas públicas de participação da sociedade na efetivação dos direitos humanos fundamentais. Aborda questões sobre a efetivação desses direitos relacionando com a atuação participativa da Sociedade, levantando situações que são indispensáveis à formulação e implementação dessas novas políticas públicas. Nesse contexto, pretende debater a problemática que gira em torno da concretização dos direitos humanos e o controle jurisdicional de políticas públicas com maior participação social, que a partir dos limites do Estado constitucional de direito tem contribuído na gestão dessas políticas públicas. Demonstrando-se que a participação ativa e efetiva da sociedade, por meio das mais variadas organizações sociais e, fortemente, do Ministério Público, é condição indispensável ao processo de efetivação constitucional, e sendo necessário o controle jurisdicional dessas políticas públicas exigindo do Judiciário uma conduta comprometida, capaz de garantir a supremacia da Constituição Na nossa Constituição Federal de 1988, os direitos fundamentais adquiriram um papel de destaque, marcados pelo combate as violações de direitos tão comuns ao longo da historia, na qual o poder constituinte originário preocupou-se em resguardar. O presente trabalho tem como objetivo demonstrar a eficácia dos direitos fundamentais, analisando os seus aspectos subjetivos e objetivos. Pretende demonstrar de qual maneira se concretiza os direitos fundamentais de forma assegurar a justiça social. Desse modo, pretende-se analisar o que se seria esses direitos, suas extensões, suas fontes, e descrever por fim, um padrão sobre os direitos fundamentais e sua eficácia, através do método de investigação bibliográfica sob o método indutivo. Concluindo-se que os direitos fundamentais têm como eficácia por dois pontos: um objetivo e outro subjetivo, pelo qual está compreendido no segundo diferentes graus de efeitos, de acordo com a categoria desses direitos fundamentais. Por fim, no ponto objetivo, podemos verificar que tais direitos se caracterizam por possuírem eficácia horizontal e vertical de modo à justiça social

**Palavras-chave:** Direito Humanos Fundamentais. Políticas Públicas. Efetivação. Eficácia Horizontal e Vertical.

[Inscrição: 2005]

*Revista EPeQ Fafibe*, Bebedouro SP, 7(1): 197-268, 2016.

**ASPECTOS SOCIO-JURÍDICOS DA SELETIVIDADE DO SISTEMA PENAL**

Pereira, Selma F.<sup>1</sup>(IC); Carvalho, Nathan C. B.<sup>1</sup>(O)  
selmafernandapereira@gmail.com  
<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE*

O sistema penal possui a incumbência de materializar o direito penal conforme o ordenamento jurídico vigente. Muito embora o Estado democrático de Direito, garante a todos a igualdade perante a lei, essa nunca foi alcançada pelo Estado. Desde os primórdios da história brasileira, houve a discriminação pela classe social e étnica. E atualmente ao analisarmos a população carcerária, vê-se que é composta na sua maioria por pessoas negras, jovens, e de pouca condição financeira. Junto a isso, pesquisas recentes, abordam a violência policial que estas sofrem. Portanto, pretende-se demonstrar com o presente trabalho, a seletividade do sistema penal, em seu aspecto jurídico e social, em como ela ocorre, e o porquê de existir. Ocorre que na realidade factual, este sistema não se mostra de forma alguma igualitário ou justo, sendo seletivo e servindo como instrumento punitivo para apenas uma parte da sociedade. E para a realização dos trabalhos, será utilizada, a pesquisa bibliográfica e também a pesquisa de indicadores do sistema penal, para apontar a seletividade. Com a realização da pesquisa, obteve-se como resultado, até o presente momento, um sistema penal seletivo, sendo que, a população carcerária é composta por maioria de pessoas negras, de baixa escolaridade e classe social, este sistema não se mostra de forma alguma igualitário ou justo, sendo seletivo e servindo como instrumento punitivo para apenas uma parte da sociedade. Conclui-se com o presente trabalho até o atual momento da pesquisa que a população negra é a que mais é repreendida pelo sistema penal, e a que mais sofre violência institucional por parte das instituições que fazem parte de tal sistema, e que necessita de mudanças, tais como a aplicação de políticas públicas.

**Palavras-chave:** Seletividade. Sistema Penal. Direito Penal.

[Inscrição: 2013]

## DELAÇÃO PREMIADA NOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Comin, Maria E.<sup>1</sup>(IC); Carvalho, Nathan C. B.<sup>1</sup>(O)  
duuda.comin@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE*

A delação premiada é um instituto do Direito Penal brasileiro, cujo objetivo é auxiliar o Estado na persecução penal, por meio de benefícios oferecidos ao agente que, propicia, através de sua delação, a aplicação da justiça criminal por parte do Estado. Este pode ser utilizado em relação a qualquer crime, observando que para cada um existem requisitos diferenciados para a concessão de suas benesses. Sabe-se que um dos principais empecilhos para o combate do crime de organização criminosa é a falta de provas, sendo a delação premiada, método que facilita a real averiguação do caso concreto dentro das organizações criminosas governamentais, considerando a dificuldade de acesso a elas. Porém, muitas são as controvérsias acerca deste instituto, havendo posicionamentos favoráveis e desfavoráveis quanto a sua aplicação. A doutrina contrária à delação considera-a meio ilícito e imoral do Poder Judiciário para lograr informações, demonstrando, pois, sua ineficiência estatal. Por outro lado, aqueles favoráveis ao instituto asseguram que a ética, a confiança, a moralidade e a justiça devem ser visualizadas em prol da sociedade, pois a obrigação é para com os seus membros, os cidadãos do bem. O que justifica substancialmente a delação é o dever de colaborar para a solução de um crime, pois, em última análise, esse é o verdadeiro interesse social. Apesar de já ser aplicada desde a edição das primeiras leis que implantaram o instituto, a colaboração premiada vem se tornando um instituto com maior visibilidade e utilização no processo penal brasileiro, tendo em vista sua concretização nos crimes atuais que vem escandalizando a Administração Pública do país.

**Palavras-chave:** Delação. Premiada. Administração. Pública.

[Inscrição: 1683]

## ESTATUTO DA FAMÍLIA E DIVERSIDADE SEXUAL: UMA ANÁLISE SOCIAL E JURÍDICA FRENTE AO PRINCÍPIO DA LAICIDADE DO ESTADO

Guerreiro, Bruno M.<sup>1</sup>(IC); Abílio, Adriana G. M.<sup>1</sup>(O)  
bruno10.martinez@gmail.com  
<sup>1</sup>*Centro Universitário Unifafibe*

O projeto de lei nº. 6583/2013, intitulado “Estatuto da Família”, busca restringir o conceito de família a união entre um homem e uma mulher, ou ao arranjo formado por um dos pais e seus filhos (família monoparental), ignorando as demais formações familiares socialmente e juridicamente instituídas atualmente. Diante deste projeto de lei, a pesquisa objetivou primeiramente a sua análise, ponderando sobre os aspectos jurídicos, sobretudo a laicidade do Estado brasileiro, que se contrapõe ao texto do projeto de lei e suas justificativas. Por outro lado, a pesquisa também buscou explicitar a atual necessidade da concretização de uma sociedade plural e diversificada. Tendo o Projeto de Lei nº 6583/2013 como objeto principal de análise, foi empregada metodologia pautada no texto e nas mutações interpretativas da Constituição de 1988, além dos julgados acerca da Ação de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4277. O resultado obtido com a pesquisa foi a latente inconstitucionalidade material do projeto de lei ora analisado, pois, o Supremo Tribunal Federal consolidou entendimento de que família não se concentra apenas no núcleo homem-mulher, desta forma o artigo 2º do “Estatuto da Família” retrocede e contraria o entendimento constitucional da Suprema Corte brasileira. Ademais, o projeto fere princípios constitucionais tais como a dignidade da pessoa humana e a vedação ao preconceito. Assim sendo, em conclusão, o ordenamento jurídico deveria suprir as necessidades da sociedade, como um todo, sem discriminações de quaisquer tipos, no entanto, o entendimento de democracia e pluralidade social ainda não é algo de fácil alcance aos legisladores brasileiros, motivo pelo qual a confusão entre interesses privados com necessidades coletivas perdura, ocasionando com frequência o surgimento de projetos de lei que representam interesses antirrepublicanos e antidemocráticos, conflitando com o avanço dos direitos humanos e da igualdade social.

**Palavras-chave:** Estatuto. Inconstitucionalidade. Família. Laicidade.

[Inscrição: 1822]

## GENOCÍDIO INDÍGENA: A COMPETÊNCIA DA CORTE PENAL INTERNACIONAL FRENTE À INÉRCIA DO JUS PUNIENDI ESTATAL

Ferreira, Isabela N.<sup>1</sup>(IC); Siqueira, Dirceu P.<sup>1</sup>(O)  
inataniferreira@gmail.com

<sup>1</sup>Centro Universitário UNIFAFIBE

A Constituição Federal de 1988 protege inúmeros direitos inerentes ao ser humano. Sendo, inclusive, vedada Proposta de Emenda Constitucional tendente a abolir direitos e garantias individuais. Contudo, apesar da garantia da inviolabilidade do direito à vida, as comunidades indígenas brasileiras estão sofrendo verdadeiro massacre na atualidade em decorrência do interesse na terra ocupada tradicionalmente pelos povos originários. Diante dessa realidade, objetiva-se demonstrar que o presente massacre de etnias indígenas constitui o crime de genocídio previsto na Lei nº 2.889/56: “Quem, com a intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, como tal: a) matar membros do grupo; b) causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo”. Por meio de estudo descritivo, o qual utilizou como materiais a avaliação crítica da legislação vigente, jurisprudências e notícias que abordam os povos indígenas no Brasil, foi possível obter como resultado que a prática criminosa perpetrada contra os indígenas se sobressai pela inércia do Poder Judiciário, possuindo como consequência a impunidade dos criminosos. Por isso, tendo em vista que a frase de Guimarães Rosa encontra-se cada vez mais presente no cotidiano das tribos brasileiras: “Se todo animal inspira ternura, o que houve, então, com os homens?”, demonstrando-se claramente a crueldade que sofrem desde a época dos bugreiros, além da ausência de julgamento daqueles que praticam o crime de genocídio, encontra-se presente a necessidade de resposta do Estado, através *jus puniendi*, para a proteção desses indivíduos. Todavia, como o Estado queda-se inerte, faz-se necessária a presença da Corte Penal Internacional para o caso.

**Palavras-chave:** Genocídio Indígena. Inércia do Estado. Corte Penal Internacional.

[Inscrição: 1784]

## GESTÃO DE PESSOAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A SATISFAÇÃO ORGANIZACIONAL: UM ESTUDO DE CASO NA USINA DE AÇUCAR E ÁLCOOL DO INTERIOR DE SÃO PAULO

Alfinete, Tatiane A.<sup>1</sup>(G); Sareta, Marcelle T.<sup>1</sup>(G); Moleiro, A. A. D.<sup>1</sup>(O)  
tatianealfinete@yahoo.com.br

<sup>1</sup>*Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos – UNIFEB*

No atual cenário das organizações modernas inseridas em um mercado de competitividade e inovação, tem-se buscado compreender as constantes mudanças no campo das relações humanas, este que assim como outras áreas da gestão tem sofrido influencia de mudanças rápidas e conceitos cada vez mais inovadores. Cabe as organizações estarem atentas a novas metodologias e novas praticas na área de gestão de pessoas para construir, juntamente com os colaboradores, estratégias que possam dar manutenção a cultura organizacional e promover o alcance das metas empresarias. Como objetivo este trabalho busca saber como a gestão de pessoas está presente nesse novo conceito, como ela pode ajudar a melhorar os resultados organizacionais, qual sua nova atuação no mercado, e como reter o capital humano, que hoje é de vital importância para a empresa. A metodologia aplicada neste trabalho é baseada primeiramente em pesquisas bibliográficas, internet (web) e posteriormente em pesquisa qualitativa, onde se busca em uma usina de açúcar e álcool do interior de São Paulo, saber como essa nova visão está presente no dia a dia empresarial e como ela pode beneficiar a organização. Foi possível perceber que a maioria das pessoas visa em sua carreira profissional sentir seu trabalho reconhecido, encontrando sentido em sua função e competências que sejam diferenciais, tanto profissionais quanto organizacionais, e possibilidades de crescimento dentro da instituição. Portanto é possível concluir que nesse novo mundo as organizações devem investir na gestão de pessoas de maneira a motivar e direcionar os colaboradores a se sentirem peças importantes e relevantes dentro da empresa, para assim conquistar os objetivos empresariais e pessoais.

**Palavras-chave:** Gestão. Pessoas. Carreira. Organização. Objetivos.

[Inscrição: 2076]

## O CONFLITO ENTRE AS PRISÕES CAUTELARES O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A SUA CONSTITUCIONALIDADE.

Silva, Elielton T.<sup>1</sup>(IC); Siqueira, D. P.<sup>1</sup>(O)  
telescte@hotmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE*

No conflito em questão, trata-se de um problema muito discutido no processo penal, onde há posições doutrinárias distintas. A primeira defende que as prisões cautelares são necessárias e não ofendem o princípio da presunção de inocência. A segunda posição, afirma que as prisões cautelares ferem sim o princípio da presunção de inocência do acusado. Tratando do conceito de princípio, nota-se que o princípio é o primeiro instante, o início de algo, sua fonte inicial, ou seja, o começo. Na área jurídica, os princípios são a base. São todos os preceitos básicos, fundamentais e norteadores para o direito. De acordo com Ivo DANTAS, os princípios são categorias universais, que quando estão incorporados a um sistema jurídico, refletem a própria estrutura do Estado, a qual está presente todo o conteúdo da lei maior. No entanto, reflete um momento de história e cultura, através dos seus valores sociais, que, se incorporados ao ordenamento, determinam a diretriz do sistema. É possível concluir que as prisões cautelares, apesar de apresentarem um possível conflito com a presunção do acusado, são necessárias para o melhor funcionamento do processo penal brasileiro. A prisão cautelar é considerada um gênero, onde engloba como espécies as prisões preventivas, em flagrante e temporária, como serão vistas. As prisões cautelares, só devem ser utilizadas quando preenchem seus requisitos completamente, sob pena de serem irregulares. Não é para qualquer caso. Concluindo, especificamente, sobre a prisão preventiva, nota-se que ela é uma medida excepcional, servindo para assegurar a instrução criminal e uma efetividade na aplicação da pena. Esses limites da prisão preventiva não devem ser ultrapassados de forma alguma.

**Palavras-chave:** Conflito. Prisões. Cautelares. Princípio. Presunção.

[Inscrição: 2078]

## O CONTEXTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS PARA COM O PLANEJAMENTO EMPRESARIAL: UM ESTUDO EM UMA PRESTADORA DE SERVIÇO AGRÍCOLA

Fachini, Kaell J. C.<sup>1</sup>(G); Lopes, Rodrigo J.<sup>1</sup>(O)  
kaellfachini@hotmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário UNIFAFIBE*

No atual ambiente econômico as empresas, de forma geral, cada vez mais se deparam com inúmeros aspectos trabalhistas. Neste contexto, o obstáculo maior para a empresa é moldar cada regra ao específico cargo do trabalhador. Considerando o ramo agrícola, a dificuldade existente na maioria das prestadoras de serviço deste setor é a gestão correta de todas as obrigações em favor da organização e do colaborador, de modo que em um trabalho seja possível haver dignidade para ambas as partes. Sendo assim, o presente estudo objetivou analisar como que as obrigações trabalhistas impactam no planejamento empresarial de uma prestadora de serviço agrícola, de forma específica para com as áreas operacionais, verificando quais são as principais obrigações trabalhistas inerentes à cada área, além das principais estratégias para com a condução das mesmas. O estudo fez uso da metodologia qualitativa e descritiva, como alvo a compreensão do comportamento, experiências humanas e interpretação de fenômenos, através de um estudo de campo, sendo a coleta de dados realizada através de questionários semiestruturados. Considerando os principais resultados, verificaram-se a indispensabilidade de uma adequada gestão e a aplicação das obrigações trabalhistas, devendo estas compor o planejamento empresarial. O contexto trabalhista é completo, fato que levou a empresa objeto de estudo a buscar ajuda externa junto ao escritório contábil e uma equipe especializada em segurança do trabalho, suprindo qualquer dificuldade na prestadora. Concluiu-se que as principais obrigações trabalhistas, presentes nas quatro áreas operacionais abordadas se resumem, no geral, em: aspectos salariais, recolhimento previdenciário, segurança e saúde do trabalhador.

**Palavras-chave:** Prestador de Serviços Agrícolas. Obrigações Trabalhistas. Planejamento Empresarial.

[Inscrição: 1672]

## O SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO SOBRE A ÓTICA DO PRINCÍPIO DA HUMANIDADE DAS PENAS

Gomes, Paulo H. S.<sup>1</sup>(IC); Carvalho, Nathan C. B.<sup>1</sup>(O)

paulogomestva@gmail.com

<sup>1</sup>*Centro Universitário Unifafibe*

A Lei de Execução Penal estabelece como preceito fundamental proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado em penas privativas de liberdade, concedendo direitos e deveres no âmbito prisional, tais como: Assistência Material; Assistência Jurídica; Assistência Social e Educacional etc. Em contrapartida, devido à superlotação torna-se impossível cumprir com todas as exigências da LEP, sendo o Estado omissivo no que concerne a aplicação desta lei que se torna um meio para ressocializar e dignificar o caráter humano nos cárceres, sobretudo no que tange a condições análogas de superlotação dos presídios, expondo os presos numa espécie de confinamento humano que acaba propiciando a proliferação de doenças nas unidades, infringindo assim, o Princípio da Humanidade das Penas e a dignidade da pessoa humana, insculpido no Art. 1º, III da Constituição Federal. Todavia, o método de pesquisa será elaborado conforme dados bibliográficos desenvolvidos a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses com fim de facilitar a explanação do fato. Segundo dado do Departamento Penitenciário Nacional existe um déficit mais de 180.000 vagas em todo o País. São quase 500 mil presos no país, em um sistema prisional que só tem capacidade para 260 mil detentos, ocasionando a superlotação dos presídios em decorrência da má gestão do Estado. Nesse contexto, a superlotação tem como efeito imediato a violação a normas e princípios constitucionais, trazendo como consequência para aquele que foi submetido a uma pena privativa de liberdade uma "sobrepensa", uma vez que a convivência no presídio trará uma aflição maior do que a própria sanção imposta. Portanto, insta salientar que um dos motivos que levam a grandes rebeliões nos centros de detenções é, portanto, o desrespeito à dignidade do preso por parte do Estado que se ausenta em seguir a premissa da humanidade das penas.

**Palavras-chave:** Lei de Execução Penal. Princípio da Humanidade das Penas. Dignidade da Pessoa Humana. Superlotação.

[Inscrição: 2026]

## OS COSTUMES INDÍGENAS E O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO À LUZ DO PRINCÍPIO NON BIS IN IDEM

Ferreira, Isabela N.<sup>1</sup>(IC); Pereira, Selma F.<sup>1</sup>(IC); Siqueira, Dirceu P.<sup>1</sup>(O)  
inatani FERREIRA@gmail.com

<sup>1</sup>Centro Universitário UNIFAFIBE

Atualmente, há diversas tribos indígenas existentes, entre elas, têm-se as denominadas tribos isoladas, compostas pelos povos originários que não mantiveram contato com demais pessoas. Os indígenas isolados precisam apenas de proteção do Estado, à distância. Posto isso, mostra-se inviável a obrigatoriedade de respeito ao ordenamento jurídico pela citada tribo, principalmente no aspecto do Direito Penal pela falta de percepção de ilicitude da conduta praticada. Todavia, objetiva-se demonstrar que a medida com que as tribos saem da condição de isolados, aproximando-se do convívio social, suas atitudes poderão vir a ser tratadas como criminosas. Nesse sentido, muitas vezes, tribos indígenas não precisam ter acesso a legislação vigente para admitir ou não, determinados atos dentro do seu grupo social. Como exemplo, tem-se o infanticídio indígena, prática comum não punível em determinadas tribos, apesar de a Constituição Federal prever que tal conduta é crime que deverá ser processado e julgado pelo Júri Popular, visto o reconhecimento de tal ato, pelo ordenamento jurídico, como crime doloso contra a vida. Em contrapartida, recentemente, uma tribo indígena puniu um de seus membros por este ter matado outro membro do mesmo grupo. Apesar da punição dada pela tribo, o Ministério Público ofereceu denúncia em face do agente com fulcro no Art. 121 do Código Penal, sendo processado e julgado sob a égide do ordenamento jurídico brasileiro. Todavia, o TJ-RR decidiu que o Estado não pode punir indígena que já foi condenado pela sua tribo. A partir do desenvolvimento do trabalho, realizou-se estudo descritivo dos costumes indígenas, da legislação vigente e de jurisprudências, oportunidade em que foi possível obter como resultado que o Direito Penal preocupa-se com o fato delituoso, sendo impossível que um indígena seja punido mais de uma vez pelo mesmo fato criminoso (pela Tribo e pelo Estado) à luz do princípio Non Bis In Idem.

**Palavras-chave:** Indígenas. Princípio Non Bis In Idem. Punição pela Tribo.

[Inscrição: 1785]

## OS PRINCÍPIOS NORTEADORES DOS REGIMES DE COMUNHÃO DE BENS

Costa, Poliane P. F.<sup>1</sup>(G); Mabtum, Matheus M.<sup>1</sup>(O)  
pollycosta357@hotmail.com

<sup>1</sup> *Centro Universitário UNIFAFIBE*

Os regimes patrimoniais de bens consistem em um conjunto de preceitos de ordem particular pautadas nos interesses patrimoniais ou econômicos resultantes da entidade familiar. No atual Código Civil os regimes de bens delimitados são o da comunhão parcial, que diz respeito ao patrimônio adquirido em comum, posteriormente ao casamento, excluindo também os bens que forem contraídos por empenho de apenas um dos cônjuges, mesmo depois do casamento; o da comunhão universal é aquele que abrange todos os bens, tanto aqueles que já compunham o patrimônio dos nubentes quanto àqueles que serão adquiridos no futuro, com poucas exceções de exclusão; o da separação de bens que deixa o patrimônio de cada cônjuge sob sua administração exclusiva; e finalmente, o do regime de participação final nos aquestos, no qual cada cônjuge tem seu patrimônio anterior ao casamento individualiza e caso ocorra a dissolução da sociedade conjugal, os bens adquiridos após a união serão divididos em partes iguais entre os consortes. No entanto, o estatuto civil adotou princípios que permitem aos consortes a possibilidade de estipular novos critérios de meação. Assim, a finalidade deste trabalho consistirá num estudo dos regimes patrimoniais de bens no Direito de Família contemporâneo, sob a ótica dos princípios que embasaram suas alterações. O Princípio da Variedade dos Regimes de Bens, o Princípio da Liberdade dos Pactos Antenupciais e o Princípio da Mutabilidade Justificada serão devidamente questionados, para que todos os aspectos principais a respeito dos regimes patrimoniais e também as disposições básicas sobre a elaboração de pactos antenupciais não sejam apenas conhecidos, mas também entendidos.

**Palavras-chave:** Regime de Bens. Princípios. Pacto Antenupcial. Patrimônio. Sociedade Conjugal.

[Inscrição: 1789]

## OS REFLEXOS DO ADVENTO DA LEI 13.104/2015 PARA O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.

Pereira, Selma F.<sup>1</sup>(IC); Ferreira, Isabela N.<sup>1</sup>(IC); Carvalho, Nathan C. B.<sup>1</sup>(O)

selmafernandapereira@gmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE

Muito se discute sobre a violência contra a mulher, tendo em vista o advento da lei conhecida como Femicídio, que qualifica o homicídio, trazendo uma pena maior para aquele que assassina uma mulher por condições do gênero feminino. Cotidianamente mulheres são vítimas de violência e abusos, dentro e fora do ambiente familiar, e dentre as diversas formas de violência, tem-se o feminicídio, o qual pode ser considerado como a forma mais extrema de violência contra a mulher, sendo um produto das relações das desigualdades de gêneros. Sendo assim, o sistema de proteção à mulher tem como finalidade erradicar toda a forma de discriminação e violência de gêneros. Com a Lei 13.104/2015, o Estado brasileiro, eleva o sistema de proteção às mulheres, colocando como modalidade de homicídio qualificado, este acontece quando uma mulher é vítima de homicídio simplesmente por razões de sua condição de sexo feminino, geradas pelo machismo e a misoginia que constituem a desigualdade e a violência contra a mulher, expressada em estupros, torturas, lesões, ameaças, que acontecem dentro e fora do núcleo familiar. Dar visibilidade jurídica aos assassinatos de mulheres, ao invés de tratá-los simplesmente como um crime passional, é um avanço para o nosso ordenamento jurídico, o qual mesmo com uma constituição que trata a todos os seres humanos com igualdade, sempre foi fundamentalmente machista e desigual. Objetiva-se com isso estudar os reflexos do advento de referida lei para o sistema de proteção às mulheres, principalmente as vítimas de violência doméstica; utilizando para isso, a pesquisa bibliográfica e análise legislativa. Posto isso, obteve-se como resultado que o feminicídio eleva o sistema de proteção às mulheres, principalmente as que sofrem violência doméstica. Conclui-se que a tipificação do feminicídio, vem como ferramenta em conjunto com a lei Maria da Penha, para diminuir a violência contra a mulher.

**Palavras-chave:** Femicídio. Violência Contra a Mulher. Igualdade de Gêneros.

[Inscrição: 2017]

## RESPONSABILIDADE CIVIL DOS MÉDICOS PELO DESCUMPRIMENTO DAS DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE

Silva, Felipe M. D.<sup>1</sup>(IC); Mabtum, Matheus M.<sup>1</sup>(O)  
felipe.malheiro@hotmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE

A evolução da medicina tornou possível o prolongamento da vida através de tratamentos e recursos tecnológicos. Desde então é discutida a possibilidade de o paciente manifestar sua vontade acerca dos tratamentos que podem a ele ser dispensados. No ordenamento brasileiro, as Diretivas Antecipadas de Vontade (DAV's) são reconhecidas por Resolução do Conselho Federal de Medicina (1995/2012), porém não existe legislação específica. Referida Resolução enaltece o trabalho do médico, por ser profissional responsável por oferecer todas as informações necessárias ao exercício da autonomia. A atuação médica é interdisciplinar, pautada por valores éticos, morais, científicos, humanos e sociais. Assim, faz-se necessário estudar a atuação do profissional da medicina no processo de decisão e diagnóstico, vez que sua ausência apresenta como consequência limitação ao exercício da autonomia, em razão da ausência de informações essenciais para a tomada de decisões. Ao outorgar uma DAV, o paciente precisa ter segurança de que o que foi estabelecido no instrumento surtirá efeito quando for incapaz de manifestar suas vontades, fazendo-se mister o estudo da atuação do médico nestes casos, onde o profissional deverá agir para satisfazer as vontades de seu paciente, e será responsável civilmente pelo não cumprimento destas diretivas. Busca-se tratar das questões de direito, autonomia da vontade, dignidade da pessoa, relações médico-paciente, e responsabilidade civil do médico no diagnóstico e tratamento do paciente, em especial quanto à prática das DAV's. Ao garantir a autonomia do paciente em decidir os possíveis tratamentos que ele aceita ou repudia, o médico deve respeitar essa decisão (salvo nos casos que contrariam o Código de Ética Médica). O estudo, realizado através de interpretação de fundamentos legais e doutrinários, possibilitou demonstrar a insegurança jurídica dos médicos frente à ausência de regulamentação das DAV's, pois independente da conduta eleita pelo profissional, acatamento ou não acatamento das disposições, estará sujeito a implicações jurídicas.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Civil. Diretivas Antecipadas de Vontade. Autonomia de Vontade. Dignidade da Pessoa Humana.

[Inscrição: 1762]

## TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

Martines, Murilo R.<sup>1</sup>(G); Virgens, Renato T. D.<sup>1</sup>(G); Torres, Leandro V.<sup>1</sup>(O)  
murilo\_cajobi@hotmail.com  
<sup>1</sup>*Centro Universitário Unifafibe*

A transparência é um dos princípios básicos quando se trata de democracia, esta, nascida no curso da modernidade como meio de superar os obstáculos impostos pelo estado legitimista, não é apenas a disponibilização de dados, mas divulgá-los em linguagem clara e acessível a toda a sociedade interessada, chamando para participar dos rumos da administração pública. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi analisar e comparar a eficiência das informações disponibilizadas nos portais da transparência melhores avaliados, de acordo com o Ranking Nacional da Transparência do Ministério Público Federal. Estes portais oferecem dados para um posicionamento, diante da divulgação das ações governamentais, para a população. O método utilizado neste trabalho foi uma pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa, realizada em livros, artigos e no site do Ministério Público Federal, mais especificamente sobre o Ranking Nacional da Transparência, realizado no período de 11/04/16 a 27/05/16, com 5.568 municípios do Brasil e 27 estados. Os dados mostraram que dos 27 estados, 12 apresentaram somente melhorias, enquanto que 15 apresentaram algumas pendências. Porém, em relação ao ranking da transparência de 2015, o aumento de melhorias foi de 33%. Conclui-se, portanto, que novos avanços são esperados após o emprego de dois mecanismos de cobrança: um jurídico e um político. O jurídico marcou sua presença através do envio de cerca de 3.000 recomendações a estados e municípios, destacando a eles os pontos que deveriam corrigir em seus portais, e da propositura de 1.987 ações civis públicas por procuradores da República de todo o país atuando em rede de forma simultânea. Por outro lado, o político divulgou os rankings, com a finalidade de expor os gestores inadimplentes com as normas (*nameandshame*), que ao pé da letra significa nome e vergonha ou nome sujo. O emprego desses dois mecanismos foi muito importante para o sucesso do Projeto.

**Palavras-chave:** Transparência. Democracia. Ministério Público. Ranking. Ações Públicas.

[Inscrição: 1689]

## TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE: O RECONHECIMENTO JURÍDICO DAS IDENTIDADES SOCIAIS

Abilio, Adriana G. M.<sup>1</sup>(PG); Marques, Fabíola <sup>2</sup>(O)  
drigm22@hotmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE; <sup>2</sup>PUC/SP

A relevância dos direitos da diversidade sexual e a não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero é incontroversa. Vale ressaltar que a Constituição Federal, objetivando uma sociedade mais justa, solidária, pluralista e livre de preconceitos, voltada para o bem de todos, é o pilar fundamental do Estado democrático de direito, conforme estabelece o artigo 3º, IV. No entanto, para que esses direitos sejam reconhecidos é de fundamental importância a tomada de medidas que impliquem na mudança de valores sociais e o estabelecimento de uma sociedade plenamente igualitária. O presente estudo tem por objetivo, analisar as graves e constantes violações de direitos humanos contra travestis e transexuais (trans), que em decorrência da discriminação e do preconceito perpetuados pela sociedade e pelo Estado, sofrem constantemente pela ausência de legislação que assegure seus direitos e respeito a sua identidade e dignidade. Este trabalho foi realizado através da coleta de dados e pesquisas bibliográficas, bem como a análise através do método lógico-dedutivo, com o desenvolvimento de um raciocínio e pensamentos mediatos, levando a execução da pesquisa pela mediação ou por intermédio de outras proposições ou juízos de valores, com o estudo teórico aprofundado em livros, doutrinas, revistas, sites e interpretação de alguns autores contemporâneos. Compreende-se, que os direitos das pessoas transexuais e travestis se inserem, no princípio jurídico da proteção da dignidade da pessoa humana, que tem como fundamento o Estado Democrático de Direito, é indispensável superar as desigualdades sociais e principalmente de identidade de gênero, realizando justiça social, criando direitos e efetivando-os independentemente de qualquer tipo de discriminação. O reconhecimento das diversidades pessoais, portanto, constitui pressuposto à integral conjugação da gramática dos Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** Direitos. Gênero. Identidade de Gênero. Nome Social. Transfobia.

[Inscrição: 2019]

## UM OLHAR PARA A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL

Sartorelli, Juliana L.<sup>1</sup>(G); Pereira, Paulo C.<sup>1</sup>(O)

julianals\_4@hotmail.com

<sup>1</sup> Centro Universitário UNIFAFIBE

A separação conjugal teve um aumento significativo nos últimos anos, desencadeando nos filhos e nos pais os mais variados sentimentos e emoções, trazendo mudanças nas relações familiares. Entretanto, quando a separação de um casal não é formalmente bem encaminhada existindo um herdeiro, é preciso atentar-se para a alienação parental. Ao consultar o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), não se encontrará a denominação alienação parental, nem mesmo o dito síndrome de alienação parental. O fato da SAP não estar inserida no DSM-V favorece para que muitas famílias continuem praticando a alienação parental privando a criança do reconhecimento e acesso aos seus direitos. O trabalho teve como objetivo destacar os principais fatores que levam a validação do diagnóstico da Síndrome da Alienação Parental para a devida inclusão DSM. A pesquisa bibliográfica consistiu-se em explorar as seguintes bases dos periódicos eletrônicos da última década, como o Google Acadêmico, SciELO, Medline, Pepsic. A coleta periódica abrangeu como critério, temas relacionados à importância da síndrome da alienação parental sob o enfoque da ciência psicológica e sob o ponto de vista jurídico. Muitas das vítimas da síndrome de alienação parental apresentam distúrbios emocionais graves e podem se estender até a vida adulta, por isso a terminologia síndrome. Existem inúmeros efeitos causados na vítima pela alienação parental, como o estado de euforia e depressão crônica da criança ou adolescente, ansiedade ou nervosismo, transtorno de identidade, baixa autoestima e sentimento de rejeição, isolamento social e confusão mental, sentimento de culpa, entre outros. A temática é recente, dolorosa e intrigante, despertando interesse em diversas áreas de estudo com um ponto unânime: que a Alienação Parental existe e é comportamento cada vez mais comum nas atuais relações, afetando o desenvolvimento emocional e psicossocial de crianças, adolescentes e adultos.

**Palavras-chave:** Síndrome da Alienação Parental. DSM. Separação Conjugal.

[Inscrição: 2052]